

AGRICULTURA

EM SÃO PAULO

BOLETIM DA DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

SUMÁRIO

PRODUÇÃO DE TRIGO EM SÃO PAULO — Características econômicas, determinação de custo e renda	1
ASPECTOS ECONÔMICOS DA CULTURA DE RAMI	25
CAFÉ — Pequenas altas no mercado de Santos. Situação em 1960 nos Estados Unidos: menores importações, pequeno aumento no consumo	37
ALGODÃO — Resultados finais da safra de 1960. Maior o plantio na atual safra	43
CEREAIS — Situação dos mercados de arroz, feijão e milho nos últimos meses	49
ESTATÍSTICAS — Preços médios recebidos pelos lavradores e produtores. 1. ^a previsão de safra de 1960/61. Importação de cabotagem e do exterior por Santos	55

ANO VIII

Nº 2

FEVEREIRO 1961

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL
SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESTADO DE SÃO PAULO

“AGRICULTURA EM SÃO PAULO”

Boletim da Divisão de Economia Rural

Rua Anchieta, 41 — 10.º andar — Caixa Postal, 8083
São Paulo — Brasil

Divisão de Economia Rural

Diretor: Eng.º Agr.º Ruy Miller Paiva

S E C Ç Õ E S

Política da Produção Agrícola

Eng.º Agr.º C. C. Fraga, chefe
Eng.º Agr.º Claus F. T. Freitas
Eng.º Agr.º Antônio D. Piteri
Eng.º Agr.º C. Meira Coelho

Organização de Empresas Agrícolas

Eng.º Agr.º O. J. Thomazini Ettore, chefe
Eng.º Agr.º Jorge D. Issa
Eng.º Agr.º Milton A. Moisés

Previsão de Safras e Cadastro

Eng.º Agr.º Mário Zaroni, chefe
Eng.º Agr.º Fernando S. Gomes Jr.

Análise de Mercados e Preços

Eng.º Agr.º Rubens A. Dias, chefe
Eng.º Agr.º Ismar F. Pereira
Eng.º Agr.º Persio C. Junqueira
Eng.º Agr.º Antonio A. B. Junqueira

Comercialização

Eng.º Agr.º J. M. Fonseca Lima, chefe
Eng.º Agr.º J. C. Gomes dos Reis Jr.
Eng.º Agr.º Luiz Jorge Elbel

Levantamentos Econômicos

Eng.º Agr.º Salomão Schattan, chefe
Eng.º Agr.º Milton N. Camargo
Eng.º Agr.º M. de L. do Canto Arruda

Análises de Custo e Rendas Agrícolas

Eng.º Agr.º Mauro Souza Barros, chefe
Eng.º Agr.º A. G. Batista Campos
Eng.º Agr.º Paul Frans Bermelmans

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Diretor Geral: — Eng.º Agr.º Mário Decourt Homem de Mello

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DO

ESTADO DE SÃO PAULO

PRODUÇÃO DE TRIGO EM S. PAULO

CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS; DETERMINAÇÃO DE CUSTO E RENDA

Eng.º Agr.º Mauro S. Barros
Eng.º Agr.º Ismar F. Pereira
Eng.º Agr.º Jorge D. Issa

I — INTRODUÇÃO

Apesar de experimentada em diversas regiões do Estado, a cultura do trigo em São Paulo localizou-se em sua quase totalidade na região sul, principalmente nos municípios de Itapeva e Itaberá.

Êsses dois municípios, constituindo uma pequena parte da área do Estado denominada pelos especialistas em triticultura como “faixa do trigo” (1), ou seja, da área total do Estado com condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura, possuem, hoje, mais de 65% da área cultivada entre nós.

A “faixa do trigo”, abrange uma vasta zona que “se estende à leste e ao sul de uma

linha que, passando por Mococa, Amparo, Itatiba, Sorocaba, Avaré, Santa Cruz do Rio Pardo, Assis, vai atingir Iepê”, excluída a região do litoral. A tendência observada de concentração da maior parte da produção no sul do Estado pode ser explicada em parte pelo fato de, possuindo essa cultura características favoráveis a uma mecanização total, encontrar nessa parte da “faixa do trigo” uma topografia propícia ao seu desenvolvimento. Além disso, trata-se de uma região de terras relativamente pobres, nas quais outras culturas, cujas produções possuem menor valor unitário, mesmo exigindo um investi-

(1) Milton Alcover e José Andrade Sob.º. Cultura do Trigo, D.F.A.; Secretaria da Agricultura, n.º 30, 1955.

mento menor em maquinária, não parecem oferecer maiores vantagens comparativas em confronto com a tricultura, quando se pretende utilizar técnicas em nível que possibilite rendimentos agrícolas elevados. As terras da região, constituídas em grande parte de campos e cerrados de pouca

fertilidade, da formação glacial e, em menor escala, de solo devoniano, exigem elevadas despesas com fertilizantes para a obtenção de boas produções, despesas essas com as quais a maioria das culturas anuais aí exploradas não podem aparentemente arcar.

ESTADO DE SÃO PAULO "FAIXA DO TRIGO"



Evolução da tricultura em São Paulo

Não obstante a importância da cultura como fator de poupança de divisas para o País, sua evolução não se apresenta satisfatória.

Partindo de uma produção muito reduzida em 1946, a área de plantio tem crescido conti-

nuamente, com exceção de quatro anos, de 1953 a 1956, em que houve uma retração. Todavia, ela continua inexpressiva, se comparada com as nossas principais culturas anuais. Além disso, a produção obtida em São Paulo atende a

menos de 1% das necessidades de consumo do Estado. A evolução da área cultivada, pro-

dução e rendimento unitário, é apresentada no quadro I, a partir de 1946.

QUADRO I

Estimativas da Produção de Trigo em São Paulo

Anos	Alqueires	Toneladas	Produção Unitária kg por alqueire
1946	248	240	968
1947	537	480	894
1948	496	960	1.935
1949	702	1.400	1.994
1950	1.116	1.576	1.412
1951	1.529	2.733	1.787
1952	2.397	4.750	1.982
1953	1.570	2.837	1.807
1954	1.446	2.254	1.559
1955	1.074	1.822	1.696
1956	1.901	2.825	1.486
1957	3.926	7.796	1.986
1958	4.380	8.243	1.882

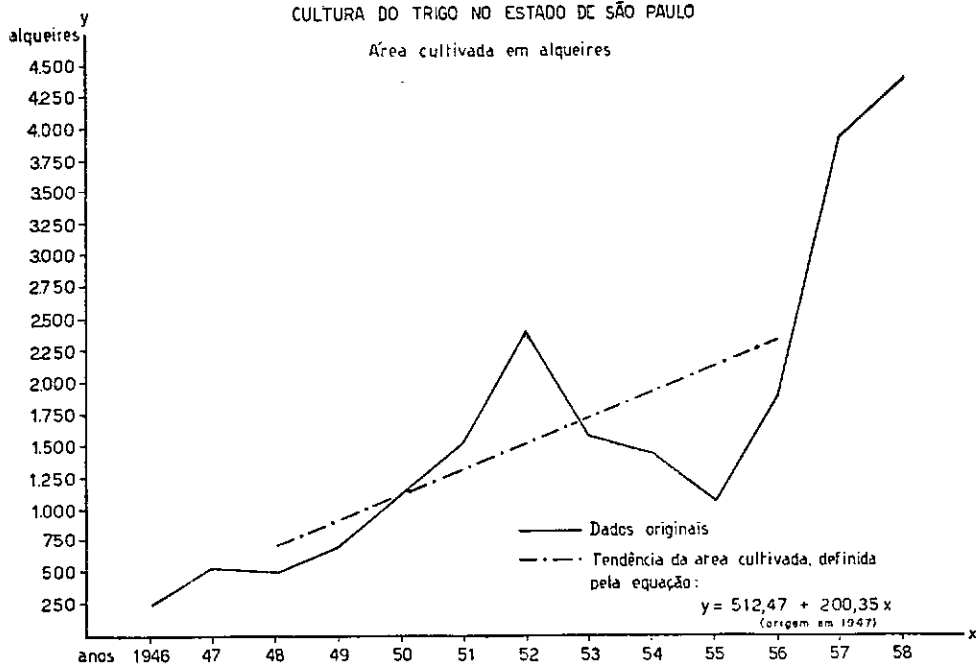
Fonte: Seção de Previsão de Safras e Cadastro — Divisão de Economia Rural.

As tendências de produção no tocante à área cultivada, produção total e produção unitária, são apresentadas com bases nesses números, nos gráficos I, II e III, onde podem ser melhor visualizadas.

Na safra de 1959, a previsão da área plantada com trigo em São Paulo, foi de 3.140 alqueires, menor portanto que a do ano precedente, com uma produção de 6.118 toneladas,

ou cerca de 1.948 quilos por alqueire. No entanto, essa previsão não foi atingida, já que a cultura veio a sofrer pesado ataque de ferrugem e a média por alqueire encontrada nos levantamentos efetuados para o presente trabalho, que abrangeram parte substancial do total das lavouras do Estado, foi apenas de 1.506 quilos por alqueire; também a própria área cultivada foi inferior à prevista.

GRÁFICO I
CULTURA DO TRIGO NO ESTADO DE SÃO PAULO



Objetivos do estudo

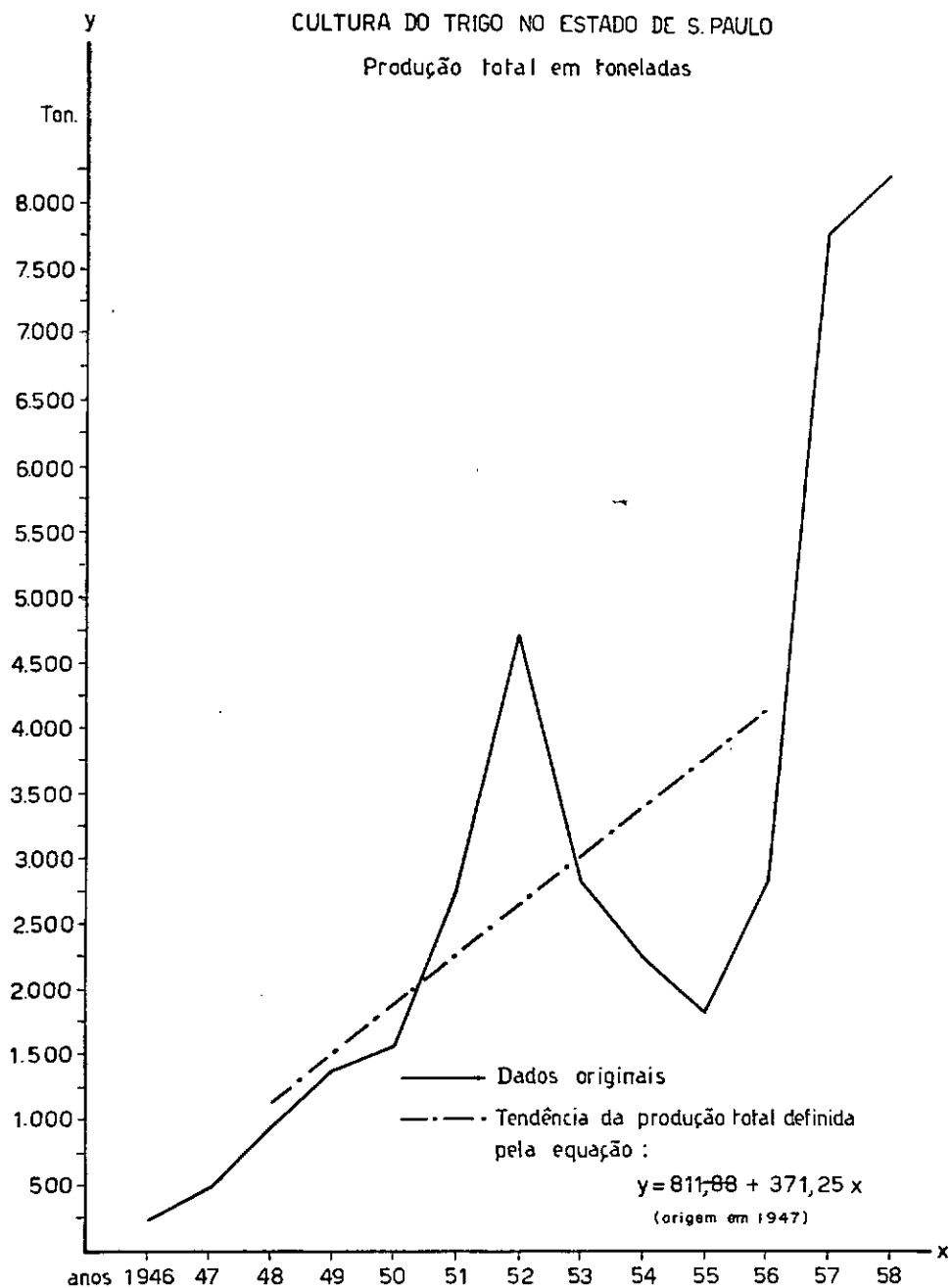
O objetivo do presente trabalho é determinar as características da produção na principal zona tritícola do Estado, bem como o custo e renda da exploração.

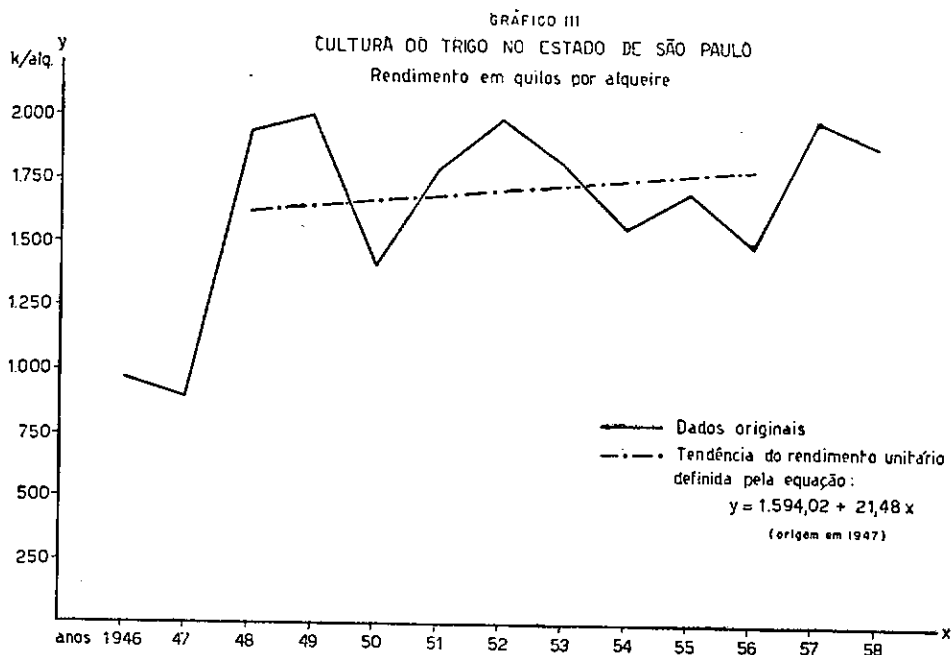
Esses elementos são importantes para a orientação dos órgãos públicos na formulação de sua política agrícola, como à tomada de decisões relativas ao fomento da produção, financiamento, etc. Igualmente aos órgãos de classe representativos da agricultura, êsses subsídios podem ser úteis na defesa de suas legítimas reivindicações.

Como o trigo não é ainda uma cultura tradicional em São Paulo, o conhecimento das suas exigências em fatores e agentes de produção, podem também auxiliar os lavradores no planejamento e racionalização de suas explorações.

Através da relação de vendas de sementes da Secção de Trigo da Secretaria da Agricultura, praticamente a única fornecedora de sementes para o plantio e do conhecimento pessoal da nossa triticultura, podemos dizer que, exceto na região produtora que tem como centro o município de Ita-

GRÁFICO II
 CULTURA DO TRIGO NO ESTADO DE S. PAULO
 Produção total em toneladas





peva, ao sul do Estado, não existem produtores que já tenham alguma tradição no cultivo desse cereal, com raras exceções.

Sendo as culturas de outras zonas muito dispersas e produzidas sem continuidade pelos mesmos empresários, existindo em grande parte a título experimental, preferiu-se realizar o levantamento apenas na principal zona produtora, fazendo-se um censo completo das propriedades produtoras de trigo (1) no município de Itapeva e incluindo também, algumas explorações do vizinho município de Itaberá, que tem as mesmas caracterís-

ticas, ao invés de estudar uma amostra estatisticamente representativa para todo o Estado. Desta forma, os dados médios de custo e renda determinados podem refletir melhor a situação não só da parte mais ponderável das nossas empresas tritícolas, como daquela que apresenta mais continuidade na produção e melhores condições para se tornar o centro de expansão de uma triticultura paulista sólidamente estabelecida em bases comerciais.

Os dados foram coletados pelo método de "survey", com entrevistas diretas com os triticultores.

(1) No município de Itapeva não puderam ser obtidos dados de 3 propriedades, com uma área cultivada de pouco mais de 100 alqueires.

Das explorações levantadas, em número de 25, após o início dos cálculos, 6 foram eliminadas por insuficiência de informações, tendo sido utilizados para a apuração do custo e renda, dados de apenas 19 explorações, num total de 940 alqueires, com a produção de 1.415,5 toneladas. Desta área, que representa aproximadamente um terço das lavouras de trigo do Estado, 850 alqueires correspondem a 15 explo-

rações no município de Itapeva e 90 alqueires a 4 explorações no vizinho município de Itaberá.

Os resultados do presente trabalho se baseiam, portanto, de acôrdo com o sistema de referência utilizado, ou seja, a relação dos compradores de sementes, em quase 90% da área cultivada de Itapeva e em cerca de 10% da área existente em Itaberá.

II — CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES ESTUDADAS

A área total das propriedades visitadas é da ordem de 8.000 alqueires. Esse número é aproximativo, já que, com a ausência quase geral de levantamentos topográficos, os proprietários não podem responder com segurança sôbre a área de suas fazendas. Aliás, os dados relativos às áreas das diversas culturas, resultando exclusivamente de avaliações pessoais, são ainda mais sujeitos a êrros do que o referente à área total, para a qual os títulos de propriedades dão uma indicação mais segura.

No quadro II, são relacionadas as áreas das diversas culturas encontradas nas propriedades tritícolas.

Além dessas áreas de culturas, as propriedades produtoras de trigo apresentam cêr-

QUADRO II

Distribuição das Áreas das Culturas

Nas Propriedades Investigadas, 1959

Culturas	Alqueires
Trigo	940
Milho	150
Soja	68
Eucalipto	48
Cevada	35
Arroz	31
Feijão	23
Café	3
outras	3
TOTAL	1.301

ca de 1.200 alqueires de pasto formado, 650 alqueires de matas ou capoeiras, sendo o restante formado de campos ou campos cerrados.

Vemos, portanto, que nas propriedades que possuem tri-

go, esta é a cultura dominante.

No entanto, o milho é a cultura que apresenta maior área nos dois municípios triticultores citados, superando em mais de quatro vezes a do trigo. Isso se explica pelo fato da exploração tritícola exigir, para ter probabilidade de sucesso, o emprêgo de elevado capital em maquinária, adubos, etc., bem como de uma consciência das vantagens de se explorar a agricultura com técnicas mais avançadas. Ora, grande parte dos lavradores da região não possuem essas condições necessárias à produção do trigo. Dessa forma, o milho,

podendo ser cultivado com técnica mais rotineira, menos sujeito a ataques sérios de doenças, continua a ser a cultura que apresenta maiores vantagens comparativas para essa maioria. Já em outras zonas do Estado, o milho sofre uma competição maior de outras explorações. A cultura do trigo segue-lhe em importância no tocante à área de plantio.

Como cultura permanente, constatou-se a existência de eucalipto em pequena escala, uma diminuta área de café, com 4.500 pés, afora naturalmente os pomares domésticos, sem fins comerciais.

Renda das diversas explorações

A renda das diversas culturas pertencentes aos empresários produtores de trigo atingiu no ano de 1.959 o total de Cr\$ 30.876.000,00.

Dessa renda bruta, 78% corresponde à triticultura, com Cr\$ 24.068.000,00. Como já citamos anteriormente, o milho, que é a cultura predominante na região, ocupa o segundo lugar nessas emprêsas agrícolas, com a área estimada de 150 alqueires e uma renda bruta de pouco mais de 3,5 milhões de cruzeiros. Essa renda pode ser considerada como muito elevada para a cultura do milho naquela região, mas deve-se no-

tar que foi obtida por lavradores que utilizam técnicas de produção de nível bem acima da média e que o preço do produto se manteve em nível alto. Além da renda das culturas, há a proveniente da exploração pecuária.

A região, constituída de forma predominante de campos naturais, possui uma exploração pecuária composta principalmente da criação de bovinos para corte; a recria e engorda aparecem em menor escala.

Os dados relativos à exploração pecuária, não só nessa região como em todo o Es-

tado, constituem, como tivemos inúmeras oportunidades de constatar, os mais difíceis de serem levantados com precisão, principalmente os referentes à renda, havendo uma visível resistência de grande parte dos proprietários em fornecê-los. Quanto ao tamanho do rebanho, cremos que os dados são normalmente um pouco melhores.

Nos 8.000 alqueires que constituem as propriedades onde há culturas de trigo, levantamos um rebanho de cerca de 3.200 bovinos e 700 suínos, que,

somados, forneceram a renda bruta de pouco mais de 3,5 milhões de cruzeiros.

No caso presente, considerando tratar-se de zona formada em grande parte por pastagens naturais fracas, esses dados podem ser aceitos como razoáveis e mesmo na hipótese de estarem aquém da realidade, não resta dúvida que, nas propriedades tritícolas levantadas, em seu conjunto, sua importância é bem inferior à do trigo no que tange à renda bruta.

III — CARACTERÍSTICAS DA CULTURA DO TRIGO NA REGIÃO

O tamanho das lavouras incluídas no nosso inquérito, variou de 20 a 205 alqueires. A área média é de cerca de 50 alqueires, mas seu valor modal situa-se ao redor de 30 alqueires.

Uma característica definida da triticultura da região estudada, é a sua total mecanização.

Em levantamento anterior efetuado em 1954 no município de Itapeva, encontramos diversas propriedades com pequenas áreas de trigo, exploradas com tração animal e colheita manual.

No presente levantamento, no entanto, não encontramos nesse município nenhuma ex-

ploração com essas características. As lavouras tem 20 ou mais alqueires e são tôdas motomecanizadas, podendo melhor aproveitar a maquinária existente. Mesmo no caso de utilização da patrulha mecanizada do Ministério da Agricultura para a operação de colheita, o transporte das máquinas para o trabalho em pequenas áreas se tornaria muito oneroso, sendo portanto inviável.

Sabe-se, porém, que culturas pequenas e não exploradas com mecanização total, são encontradas em Itararé, por exemplo, bem como em outras zonas mais acidentadas.

Até a presente safra, a inexistência de máquinas co-

lhadeiras a preços mais acessíveis que os vigentes no mercado, podia ser considerada como um fator limitante de maior expansão da triticultura. Mesmo existindo uma patrulha mecanizada do Ministério da Agricultura na região, o seu equipamento não atenderia, no momento da colheita, a uma expansão significativa da área cultivada.

No entanto, já no fim de 1959, foram postas à disposição dos tricultores a preços relativamente baixos, colhedoras de origem européia, provenientes de troca por café, pelo Instituto Brasileiro do Café, em números suficientes para atender os reclamos dos produtores a esse respeito. A existência dessas máquinas deverá revelar-se como um fator de estímulo ao incremento da triticultura paulista.

Quanto à fertilização do solo, já é ponto passivo entre os produtores que, sem o emprêgo da adubação química adequada, a exploração tritícola não poderá desenvolver na região. Assim sendo, a totalidade dos 940 alqueires levantados recebeu adubação. As fórmulas usadas, normalmente apresentam porcentagem grande de P2 O5, pois a carência de fósforo tem sido indicada pelos ensaios de adubação realizados, como limitante para a obtenção de boas produções nos cam-

pos do sul do Estado.

Já o emprêgo do calcáreo, como um corretivo da acidez do solo, não é uma prática generalizada. Dos 940 alqueires, em somente 200, ou pouco mais de 21%, foi realizada. Na realidade, as áreas que receberam calcáreo, não apresentaram de modo geral um rendimento melhor que o restante da lavoura. Todavia, trata-se de um ano anormal, em que a "ferrugem" foi a principal responsável pelos maus resultados obtidos.

A adubação verde é realizada mais em caráter experimental em pequenas áreas, com soja, guandú e feijão baiano, podendo-se considerar como prática não utilizada.

A rotação de culturas com soja ou outras leguminosas é feita também em muito pequena escala dentro do mesmo ano agrícola. Alegam os produtores que a sua colheita frequentemente contribui para atrasar o preparo da terra para o plantio do trigo.

Da área total estudada, de 940 alqueires, cerca de 272 alqueires, ou 29%, foram explorados por não proprietários, em número de 7. Apesar dos mesmos terem se declarado arrendatários, verificou-se que apenas 3 empresas, com área de 107 alqueires, ou cerca de 12% do total, se enquadravam nas reais condições de arrendamento. O pagamento desse arren-

damento é feito na região, com bases bem inferiores às da maior parte do Estado, em vista da qualidade e da abundância de terras disponíveis. Assim, nos contratos, que normalmente são de três anos, não há pagamento de arrendamento no primeiro ano e, nos dois seguintes, é feito em base bem moderada de Cr\$ 700,00 ao ano por alqueire, ou plantio de capim na área explorada.

Nos demais casos dos que se declararam arrendatários, não há pagamento de fôro, alegando-se ser interesse do proprietário principalmente o desbravamento inicial do terreno. Todavia, pelo que observamos, trata-se mais de concessões feitas entre parentes, sem características comerciais.

Por essas razões, não foi considerada a existência de arrendamento nos cálculos de custo e renda efetuados.

Uma característica da triticultura paulista é a de que a produção é destinada em grande parte à Secretária da Agri-

cultura para ser utilizada como semente.

A nossa triticultura, estando ainda em fase de implantação, subsiste, em grande parte, em virtude dos preços pagos por aquela Pasta, mais elevados que os do mercado.

Das empresas tritícolas levantadas, todas tinham uma parte cultivada como campo de cooperação, para produção de sementes.

A Secretaria da Agricultura exige nos contratos de concessão dos campos de cooperação, o plantio de outra área pelo menos igual àquela, cuja produção se destina ao mercado. Como a maioria dos produtores do Estado são cooperadores, conclui-se que, apenas por efeito dessa medida, é que a área cultivada atingiu os níveis que hoje apresenta.

Assim, do total produzido nos 940 alqueires, de 1.415,5 toneladas, 51,5% foram vendidos aos moinhos e 48,5% à Secretaria da Agricultura.

IV — ANÁLISE DO CUSTO DE PRODUÇÃO DO TRIGO

O custo de produção do trigo é apresentado com detalhes no quadro III.

O montante de
Cr\$ 19.821.297,00, representa o custo total da produção nos 940 alqueires. O custo médio por alqueire foi de

Cr\$ 21.086,00 e, como a produção média da safra foi muito baixa, de 1.506 quilos por alqueire, o custo por quilo de trigo atingiu Cr\$ 14,00.

Do custo de produção, ..
79,51%, na importância de
Cr\$ 15.758.879,00 correspon-

Q U A D R O
C u s t o d e P r o d u ç ã o
Área de 940 alqueires Safra

ITENS		Área		Mão de obra		Combustíveis e lubrificante Cr\$	Dias de maq.	Aluguel de máq. Cr\$
		alq.	H-dias	Cr\$	Cr\$			
A — Despesas diretas: Operações agrícolas e material consumido								
ARAÇÃO	C/máquinas próprias	870	1.600	268.455	625.297	1.600	—	
	C/máquinas alugadas	70	—	—	—	—	239.420	
GRADEAÇÃO	C/máquinas próprias	880	1.077	114.178	335.848	1.077	—	
	C/máquinas alugadas	60	—	—	—	—	78.710	
CALAGEM	C/máquinas próprias	160	99	14.172	21.269	56	—	
	C/máquinas alugadas	40	12	1.380	—	—	14.170	
ADUBAÇÃO E PLANTIO	C/máquinas próprias	773	537	85.706	112.116	291	—	
	C/máquinas alugadas	167	43	4.810	—	—	72.890	
ADUBAÇÃO EM COBERTURA		30	30	3.075	6.300	15	—	
COMBATE A PRAGAS	Combate à formiga	—	423	45.978	—	—	—	
	Combate à nabiça	—	214	24.620	—	—	—	
COLHEITAS	C/máquinas próprias	823	797	101.620	222.355	402	—	
	C/máquinas alugadas	117	35	3.220	—	—	269.940	
SECAGEM		—	628	66.320	6.930	65	—	
TRANSPORTE INTERNO		—	312	39.000	46.800	169	—	
TOTAL DE OPERAÇÕES E MATERIAL CONSUMIDO		940	5.807	772.534	1.376.915	3.675	675.130	

B — Despesas indiretas: Depreciação e conservação de benfeitorias e máquinas

Conservação de máquinas
Conservação de benfeitorias
Depreciação de máquinas
Depreciação de benfeitorias

Total de conservação e depreciação
Custo total de 940 alqueires (A+B)

CUSTO POR ALQUEIRE Cr\$ 21.086,00
CUSTO POR QUILO Cr\$ 14,00

Observações: Produção de 1506 quilos por alqueire.
As operações realizadas com máquinas alugadas correspondem à serviços presta

R O I I I

u ç ã o d e T r i g o

ires de 24.200 m2
de 1959

Adubos		Corretivos (calcareo)		Formicida	Hervicida	Sementes	Total	% Despesas diretas	% Custo total
ton.	Cr\$	ton.	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$		
—	—	—	—	—	—	—	1.133.172,00	7,19	5,72
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	528.736,00	3,36	2,67
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	324	282.800	—	—	—	382.291,00	2,43	1,93
—	—	97	48.500	—	—	—	—	—	—
706	7.624.762	—	—	—	—	—	—	—	—
195	1.454.500	—	—	—	—	3.327.600	12.682.384,00	80,48	63,98
7,5	60.000	—	—	—	—	—	69.375,00	0,44	0,35
—	—	—	—	126.138	—	—	206.736,00	1,31	1,04
—	—	—	—	—	10.000	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	597.135,00	3,79	3,02
—	—	—	—	—	—	—	73.250,00	0,46	0,37
—	—	—	—	—	—	—	85.800,00	0,54	0,43
908,5	9.139,262	421	331.300	126.138	10.000	3.327.600	15.758.879,00	100%	79,51
							1.403.807,00		7,08
							142.642,00		0,72
							2.253.662,00		11,37
							262.307,00		1,32
							4.062.418,00		20,49
							19.821.297,00		100%

dos pela patruiha mecanizada.

dem às despesas de mão de obra e material consumido, ou sejam, às despesas diretas de custeio e 20,49%, ou . . Cr\$ 4.062.418,00, às despesas de conservação e depreciação da maquinária e benfeitorias.

Os Cr\$ 15.758.879,00 encontrados para as despesas diretas de custeio representam Cr\$ 16.764,00 por alqueire, cuja distribuição pelas diversas operações da exploração passamos a analisar.

Nota-se que na maior parte da área, as operações foram executadas diretamente pelos empresários e, em uma parte menor, através de aluguel de máquinas, ou melhor, de empreitada de serviços, normalmente realizados pela patrulha mecanizada do Ministério da Agricultura, localizada em Itapeva. Cumpre frisar que a relação de áreas trabalhadas de uma ou de outra forma, apresentada no quadro III, não pretende reproduzir a situação de toda a triticultura, mas, apenas das emprêsas por nós visitadas. Estamos informados que as poucas emprêsas por nós não visitadas em Itapeva, se servem intensamente dos serviços da patrulha mecanizada, a qual atúa também no município de Itaberá, além de outros.

No exame das despesas diretas das operações de produção, nota-se que elas são bem

menores por unidade de área, quando executada diretamente, em comparação com o caso de empreitada de serviço. Não se pode, contudo, depreender disso que a execução direta seja mais vantajosa para o empresário, já que neste caso êle está sujeito a um empate de capital elevado e o custo de sua produção, além dos itens de despesas direta como mão de obra, combustíveis e lubrificantes, etc., é onerado pelas depreciações e conservação da maquinaria. Estas últimas despesas, aliás elevadas, não pareceriam num caso de uma exploração realizada totalmente com máquinas alugadas.

Os preços cobrados pelo Ministério da Agricultura para a realização de serviços mecanizados são, até a presente safra, bem moderados, visando antes o fomento da produção e da motomecanização. O interesse dos triticultores em possuir suas próprias máquinas é motivado menos por economia do que pelo fato da patrulha mecanizada localizada em Itapeva não poder atender a todos. Sendo mais ou menos limitado o período em que se deve executar cada operação agrícola, é necessário que grande parte dos produtores possuam equipamento próprio para que tenham seus serviços executados a tempo.

Despesas diretas

Esas despesas, que atingiram o total de Cr\$ 16.764,00 por alqueire, foram aqui classificadas segundo as operações realizadas.

1) Aração — Com esta operação foram consumidos . . . Cr\$ 1.205,00 por alqueire, ou 7,19% das despesas de custeio e 5,72 do custo total de produção.

Em 70 alqueires dos 940 estudados, a operação foi realizada com máquinas alugadas. Nessa área, a despesa atingiu Cr\$ 3.420,00 por alqueire. Nos 870 alqueires arados com máquinas próprias, o gasto por alqueire em mão de obra, combustíveis e lubrificantes, foi de Cr\$ 1.027,00. Neste caso, foram consumidos 1.600 dias de máquinas (trator com implemento), o que dá a média aproximada de 1,8 dias de trabalho por alqueire (1 a 2 arações por alqueire).

2) Gradeação — Esta operação foi executada em 880 alqueires com máquina próprias e em 60 alqueires com máquinas alugadas, com uma despesa média de Cr\$ 563,00 por unidade de área. Nos 60 alqueires citados o custo foi de

Cr\$ 1.312,00 por alqueire. Foram dispendidos cerca de 1.077 dias de serviço na gradeação dos 880 alqueires trabalhados diretamente pelos empresários, com um rendimento médio de 1,2 dias por alqueire (2 a 3 gradeações).

A gradeação do solo contribuiu com 3,36% das despesas diretas de custeio e 2,67% do custo de produção.

3) Calagem — Na calagem, realizada em 21% das culturas, foram empregados em média 2.105 kg por alqueire. O seu custo foi de Cr\$ 1.911,00 por alqueire, dos quais Cr\$ 1.656,00 relativos ao custo do calcário e o restante, à sua aplicação.

A operação de calagem, incluindo o preço do calcário, correspondeu a 2,43% e 1,93% respectivamente, em relação às despesas diretas e ao custo da produção.

4) Adubação e plantio — A operação simultânea de adubação e plantio representou 80,48% das despesas diretas e 63,98% do custo total. O seu custo foi de Cr\$ 13.492,00 por alqueire. Dessa quantia, com

o adubo e a semente utilizados, foram dispendidos respectivamente Cr\$ 9.659,00 e Cr\$ 3.540,00 e apenas Cr\$ 293,00 com sua aplicação. O preço do adubo é, como vemos, o item mais oneroso do custo de produção, atingindo quase 46% deste. Esses gastos corresponderam à aplicação de 966 kg de adubo e ao consumo de cerca de 250 kg de sementes por alqueire.

Foram adubados e plantados com maquinaria própria, 773 alqueires e os restantes 167 alqueires, com máquinas alugadas.

Além da operação de adubação e plantio que é feita simultaneamente com adubadeira-semeadeira, constatamos em 30 alqueires a aplicação posterior ao plantio da adubação azotada em cobertura.

- 5) Combate à Pragas — Consta do combate à formiga e do arrancamento de nabiças que, somados, custaram Cr\$ 206.736,00, ou seja, pouco mais de 1% do custo de produção. No combate à nabiça, apenas um produtor, com uma uma plantação de 30 alqueires, utilizou-se de herpicida.

- 6) Colheita — A realização dessa operação nos 940 alqueires, custou o total de Cr\$ 597.135,00, ou sejam 3,79% das despesas diretas ou 3,02% do custo.

A colheita, em 823 alqueires foi feita com máquinas próprias e, em 117 alqueires, com máquinas alugadas. O aluguel de máquinas para colheita atingiu Cr\$ 269.940,00, enquanto que com máquinas próprias, as despesas com mão de obra e combustível e lubrificantes, atingiram ... Cr\$ 323.975,00.

- 7) Secagem — A operação de secagem per fez 0,46% das despesas diretas e 0,37% do custo total, na importância de Cr\$ 73.250,00, sendo Cr\$ 66.320,00 com mão de obra e Cr\$ 6.930,00 com combustível.

- 8) Transporte interno — O transporte do trigo do campo para a secagem e armazenamento consumiu a importância de Cr\$ 85.800,00, sendo Cr\$ 46.800,00 gastos com combustível e lubrificantes e o restante com mão de obra. Esse transporte per fez 0,54% das despesas diretas e 0,43% do custo total.

Despesas indiretas

As despesas indiretas de conservação e depreciação de máquinas e benfeitorias somaram Cr\$ 4.062.418,00, correspondentes a 20,49% do custo total.

Dessa importância, Cr\$ 1.403.807,00 foram consumidos na conservação de máquinas (reparos e troca de peças), perfazendo 7,08% do custo.

A conservação de benfeitorias consumiu Cr\$ 142.642,00, ou 0,72% do custo total.

A depreciação de máquinas atingiu a soma de Cr\$ 2.253.662,00, ou 11,37% do custo total e portanto, mais de

50% dessas despesas indiretas.

Por sua vez, a depreciação de benfeitorias atingiu a importância de Cr\$ 262.307,00 e a porcentagem de 1,32% do custo total.

Essas despesas são, como se nota, bem mais elevadas com a depreciação e conservação de maquinaria, que das benfeitorias. Isso é natural, em virtude da cultura ser totalmente mecanizada e as propriedades produtoras não serem, de modo geral, bem providas de benfeitorias.

No quadro IV, é apresentado o custo médio por alqueire encontrado na área pesquisa-

QUADRO IV

Custo Médio de Produção do Trigo, 1959

(Por alqueire de 24.200m²)

	Cr\$	Cr\$
A — Mão de obra		821,40
B — Material consumido:		
Combustíveis e lubrificantes	1.464,70	
Adubos	9.722,50	
Corretivos (calcáreo)	352,40	
Sementes	3.540,00	
Formicidas e hervicidas	144,80	15.224,40
C — Aluguel de máquinas		718,20
		16.764,00
D — Depreciação e conservação de benfeitorias e máquinas		4.322,00
Custo por alqueire		21.086,00

da, com as despesas agrupadas segundo os agentes de produção.

Como se verifica, parte substancial do custo, ou 72%, foi formada pelo material consumido. A seguir, aparecem as despesas indiretas de conservação e depreciação com

20,49%. A despesa de mão de obra, que na maioria das culturas é bem mais elevada, apresenta-se pequena na triticultura, não atingindo 4% do custo de produção, em média, na área de 940 alqueires do presente trabalho.

V — DETERMINAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

No quadro V, são apresentados os investimentos em terra e capital, usados na produção tritícola. A média de investimentos em terra e capital, por alqueire, é de Cr\$ 60.137,50, dos quais 21% correspondem ao valor da terra. Entre os itens de capital empatado, o de maior expressão é o relativo à maquinaria, o que é natural por tratar-se de cultura totalmente mecanizada, seguindo-se o capital de custeio, que engloba a mão de

obra e material consumido; o capital empatado em benfeitorias, de Cr\$ 10.196,00 por alqueire, corresponde ao menor item de investimento.

Ao preço médio da terra obtido no inquérito, de Cr\$ 12.000,00, foram somadas as despesas de destocamento e limpeza que na realidade, se incorporam ao seu valor, o qual ficou aumentado para Cr\$ 12.649,00, número este utilizado em nossos cálculos.

QUADRO V

Investimentos Utilizados na Produção do Trigo, 1959

(Por alqueire — 24.200 m²)

Terra (1)		Cr\$ 12.649,00	
Capital			
Benfeitorias	Cr\$ 10.196,00		
Máquinas e veículos	Cr\$ 20.528,00		
Capital de custeio	Cr\$ 16.764,50	Cr\$ 47.488,50	
			Cr\$ 60.137,50

(1) Inclui a despesa de destocamento e limpeza do terreno, realizadas no ano.

VI — ANÁLISE DA RENDA DA EXPLORAÇÃO

Da produção total das propriedades estudadas, de 1.415,5 toneladas, quase 52% foram vendidas aos moinhos para consumo e o restante, produzido em regime de campos de cooperação, à Secretaria da Agricultura.

Os 48% da produção oriundos dos campos de cooperação, em virtude do seu maior preço, foram responsáveis por 53% da renda bruta, obtida. O preço pago pela Secretaria, após reajustamento feito já ultimada a comercialização, foi de Cr\$ 18,60 por quilo e o produto vendido aos moinhos alcançou o preço médio de Cr\$ 15,50 por quilo, preço êste, aliás, mais elevado que o fixado pela portaria do Ministério da Agricultura, órgão encarregado de fixar os preços do trigo no país. O preço fixado pelo Ministério da Agricultura foi de Cr\$ 840,00 por saca de

60 quilos, sendo Cr\$ 500,00 pagos pelos moinhos e Cr\$ 340,00 como bonificação, pelo Banco do Brasil. O preço mais elevado pago pelos moinhos paulistas, deve-se à proximidade da nossa produção em relação à do sul do país, o que acarreta menores despesas para os mesmos.

Normalmente, após a divulgação da portaria, a Secretaria da Agricultura tem que reajustar o preço contratado com os cooperadores, a fim de mantê-lo mais elevado que o do trigo destinado ao consumo, já que o produto destinado ao plantio exige maiores cuidados e os produtos têm que ser melhor remunerados para manter o interesse na produção de sementes.

No quadro VI, apresentamos, além da renda bruta, outras medidas dos resultados financeiros da exploração, como

QUADRO VI

Medidas de Eficiência

Renda bruta, renda líquida e remuneração dos recursos produtivos, 1959
(Por alqueire — 24.200 m²)

	Cr\$
Renda bruta	25.604,00
Renda líquida	4.518,00
Renda do empresário	— 1.266,00
Remuneração do capital	818,00
Taxa de remuneração do capital	1,72%
Renda da terra	— 3.566,00

renda líquida e a remuneração dos recursos produtivos.

A renda bruta por alqueire foi de Cr\$ 25.604,00, resultante da venda da produção média de 1.506 kg. O preço médio obtido foi, portanto, de Cr\$ 17,00 por quilo.

Subtraindo da renda bruta por alqueire, de Cr\$ 25.604,00, o custo de produção desta área, achamos a renda líquida de .. Cr\$ 4.518,00 por alqueire, ou Cr\$ 3,00 por quilo.

A renda líquida encontrada, de Cr\$ 4.518,00, é a renda destinada a remunerar os diversos fatores empregados na produção (empresário, capital e terra).

A remuneração de cada um desses fatores é calculada subtraindo-se da renda líquida as importâncias consideradas normais para remunerar os demais fatores. Em outras palavras, calcula-se a retribuição a cada fator pelo valor residual obtido, subtraindo-se da renda líquida, valores atribuídos aos demais fatores empregados na produção.

Nos cálculos aqui realizados, as remunerações atribuídas aos diversos fatores e consideradas como normais, ou seja, que poderiam ser obtidas com um uso alternativo diferente, foram as que se seguem:

1) ao empresário — retribuição de Cr\$ 3.000,00 cruzeiros por alqueire e por ano,

considerando-se como razoável uma retirada de .. Cr\$ 25.000,00 por mês, pelo empresário, em uma exploração de 100 alqueires de trigo. Utilizou-se nos cálculos esse valor relativamente moderado, considerando-se que o processo de produção, mesmo levando-se em conta a fase de trabalho anterior ao plantio e, após a colheita, de preparo do produto, deixa parte do ano livre ao empresário.

2) Ao capital — à parte investida em benfeitorias, máquinas e veículos atribuiu-se uma remuneração de 10% (Cr\$ 3.072,40) e ao capital de custeio, uma remuneração maior, de 12% (Cr\$ 2.011,70); essas retribuições somam, em números redondos, Cr\$ 5.084,00.

3) A terra — atribuiu-se uma retribuição de Cr\$ 700,00, admitindo-se esse número como valor normal de renda para terras bem localizadas da região.

O significado dessas diversas medidas de rentabilidade é que, se o valor residual encontrado no cálculo como remuneração a cada recurso produtivo, fôr inferior ao que lhe foi atribuído, os resultados obtidos na exploração não foram sa-

tisfatórios, pois foram insuficientes para pagá-lo e o mesmo poderia ser melhor empregado de outra forma alternativa.

A partir das remunerações atribuídas aos recursos empregados na produção e acima citados, foram determinados os índices do quadro VI.

Para a renda do empresário, que pode ser definida como renda destinada a remunerá-lo pela sua função de organização da produção e assunção dos riscos do empreendimento, encontrou-se um valor negativo, de —Cr\$ 1.266,00.

A remuneração do capital, de Cr\$ 818,00 por alqueire, único valor positivo encontrado no cálculo, mostra-se também muito baixa, com uma taxa de remuneração do capital de apenas 1,72%.

Para a renda da terra, encontrou-se o valor negativo, de —Cr\$ 3.566,00. Por esse número verificamos que faltam .. Cr\$ 3.566,000 para remunerar os demais fatores nos níveis atribuídos, e, ao mesmo tempo, situar em zero a renda da terra.

No caso da exploração tritícola aqui estudada, a renda líquida teria que ser igual ou superior a Cr\$ 8.784,00, para

que seus resultados econômicos pudessem ser considerados satisfatórios.

Para atingir esse resultado, aos níveis de preços dos agentes de produção vigentes na safra de 1959, que determinaram um custo de produção de Cr\$ 14,00 por quilo, seria necessário que os produtores vendessem o trigo a um preço médio mais elevado, de cerca de Cr\$ 19,83 por quilo.

Na realidade, o preço médio de Cr\$ 17,00 por quilo alcançado pelos produtores, seria suficiente, desde que a produção média por alqueire que foi só de 1.506 quilos, tivesse atingido 1.757 quilos.

Deve-se notar que rendimentos superiores a esse são regularmente obtidos por triticultores paulistas, já que a nossa média de produção em anos anteriores superou essa cifra, pondendo o rendimento da safra estudada ser considerado anormal.

Do que foi exposto, ressalta a importância do incremento de pesquisas agrônomicas visando a obtenção de variedades produtivas e resistentes ao ataque de moléstias, principalmente da ferrugem, que nesse ano grassou com intensidade.

VII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região produtora de trigo do Estado, da qual Itapeva

é o centro principal, já apresenta alguma tradição no to-

cante a essa cultura, que ali se explora baseada em tecnologia que se pode considerar avançada, pois é totalmente mecanizada, adubada e, dentro dos recursos ora existentes, os produtores procuram se utilizar da melhor semente.

Todavia, ocorreu um intenso ataque de "ferrugem", responsável pelo baixo rendimento obtido na exploração. Esse fenômeno nos conduz a concluir da necessidade de uma intensificação da experimentação e pesquisa, visando a obtenção de variedades mais adaptadas às condições mesológicas da região.

O rendimento obtido em 1959, inferior ao da média dos últimos anos, determinou resultados financeiros insatisfatórios, aos preços do produto e dos agentes de produção vigentes naquela safra.

Para a obtenção de resultados favoráveis, àqueles níveis de preços, a produção unitária teria que alcançar um mínimo de cerca de 1.760 quilos por alqueire. Esse rendimento é, normalmente, fácil de atingir e mesmo ultrapassar.

A triticultura paulista ainda se apoia substancialmente no incentivo dos preços mais elevados pagos pela Secretaria da Agricultura, à semente produzida em regime de campo de cooperação.

Os moinhos pagaram um preço um pouco mais elevado que o fixado pelo Ministério da Agricultura e, em média, eles foram de Cr\$ 15,50 por quilo. A semente foi paga pela Secretaria a Cr\$ 18,60, resultando uma média final de Cr\$ 17,00 por quilo para a safra de 1959.

Esses preços podem ser considerados razoáveis. Todavia, a fixação do preço do trigo pelo Ministério da Agricultura se processa muito depois de encerrada a colheita, dificultando, inclusive, a sua determinação pela Secretaria da Agricultura, para pagamento aos cooperadores.

A Secretaria da Agricultura fica, assim, obrigada a partir de nível relativamente baixo para, através de reajustamento, após conhecer o preço do mercado, fixar o seu preço acima deste a fim de poder compensar o cooperador, dos maiores cuidados exigidos pelo trigo destinado ao plantio.

Os produtores são mantidos na incerteza sobre os preços que poderão receber, apesar dos mesmos não se estabelecerem de acordo com a oferta e procura num mercado de competição pura, como acontece para muitos outros produtos agrícolas. Já que a política do trigo é orientada dentro do princípio da economia dirigida e que é do interesse do País aumentar a produção, o estabele-

cimento do preço poderia ser antecipado, dando ao produtor maiores oportunidades de planejar com segurança suas explorações. Esse preço, que em 1959 foi satisfatório, teria estimulado um maior plantio se tivesse sido fixado no início da safra. Como fator de estímulo, em benefício da nossa economia, poderia ter sido ainda mais elevado, mesmo à custa de certa diminuição da subvenção proporcionada pelo poder público aos consumidores.

Dessas observações chega-

mos à conclusão de que a região sul do Estado estudada, tem condições potenciais para que se verifique na mesma uma expansão apreciável dessa exploração, condições estas que, com um incremento no campo da experimentação e pesquisa e um melhor esquema de fixação de preços, podem se traduzir no estabelecimento de uma triticultura de vulto mais significativo em relação às nossas reais necessidades e assentada em bases comerciais.

ASPECTOS ECONÔMICOS DA CULTURA DO RAMI

Eng.º Agr.º Claus Floriano Trench de Freitas

Dados genéricos sôbre a planta e a fibra de rami — O rami é cultivado comercialmente no Brasil há cêrca de 20 anos, tendo as primeiras atividades comerciais visado a exportação, dada a inexistência no país de maquinaria adequada para aproveitamento da fibra.

Após a 2.ª Guerra Mundial, diminuíram as exportações e o interêsse pela fibra, até que por volta de 1950, as indústrias brasileiras passaram a aumentar o consumo, fabricando barbantes, fios, cordoa-

ria, e mais recentemente, tecidos de fina qualidade.

A área plantada com rami, a produção brasileira e o consumo, são relativamente pequenos. Com efeito, as áreas cultivadas em São Paulo e Paraná somam em 1960 cêrca de 3.000 alqueires, o que é óbviamente pouco, se considerarmos a área plantada com outros produtos de grande consumo.

A estimativa de safras da Divisão de Economia Rural, prevê para a safra 60/61 a produção das seguintes áreas, no Estado de São Paulo: —

Algodão	229.300	alqueires
Arroz	262.900	"
Feijão	81.000	"
Soja	2.439	"
Rami (1)	3.000	"

(1) Estados do Paraná e São Paulo.

A possibilidade de aumento da área cultivada será apreciada adiante.

Muito se tem falado e escrito a respeito da fibra do rami, considerada por alguns com certo exagero.

A título de exemplo e ilustração, reproduzimos resumidamente algumas considerações publicadas a respeito da fibra, por alguns técnicos norte-americanos no assunto, na revista "A Fazenda" em junho de 1948.

"Por contar com uma rara combinação de qualidades sumamente vantajosas, a fibra de rami vem atraindo a atenção de interessados há milhares de anos. Consta que os envoltórios das múmias egípcias eram feitos desta fibra.

Como fibra, o rami é dificilmente igualado. É a mais resistente de todas as fibras vegetais e quando molhado supera as demais fibras textéis, com exceção da fibra de vidro.

Sua resistência à tensão é quatro vezes maior do que o cânhamo e oito vezes maior que a seda. Em elasticidade, iguala-se ao algodão, e supera o linho em cerca de 50% e o cânhamo em um terço. É mais absorvente que o algodão e que o linho; seca mais depressa e a umidade o afeta muito pouco. Não solta pêlos como o algodão, é fresco e leve, lava bem, absorve perfeitamente o suor, e seca com igual rapidez. Aceita bem as tintas comerciais e retém a cor melhor que qualquer outra fibra.

É utilizável com vantagem em um cem número de aplicações; devido ao fato de não encolher, e à maior resistência quando molhado, pode ser empregado para cordéis, cordoalhas, cordas, lonas, velas e re-

des de pescar, compressas e bandagens cirúrgicas, balsas, salvavidas, correias de transmissão, mangueiras de alta pressão, etc...."

Realmente, a fibra possui boas qualidades para certos tipos de manufatura, podendo ainda o fio de rami, ser tecido em mescla com linho ou algodão, ou produzir excelentes cambraias e tecidos de ramí puro, semelhantes ao linho.

Contudo, dados numéricos comparativos das qualidades intrínsecas das diversas fibras, têm valor relativo e são também de determinação controversa.

Por outro lado, graves problemas têm impedido o desenvolvimento da produção e industrialização do rami.

Na colheita, os caules cortados manualmente, são desprovidos das folhas e passam por uma máquina descortadora que separa a fibra bruta, que quando seca constitui cerca de 3% apenas de 100 quilos de caules verdes enfolhados (Plantas Fibrosas da Flora Mundial — Julio Cesar Medina — I.A.C.)

Essas pequenas máquinas móveis ou fixas, demandam grande despesa em mão de obra, oferecem certo perigo para os operadores e seu rendimento é pequeno (80 a 120 quilos diários de fibras brutas secas).

Essa maquinaria tem comprometido em parte o desenvolvimento da produção e o consumo da fibra.

A industrialização da fibra, especialmente para a fabricação de tecidos finos similares ao linho demanda também um cuidadoso processo de tratamento da fibra bruta e degomada, cujo desconhecimen-

to vinha se constituindo no maior empecilho para a fabricação desses tecidos.

A indústria paulista, porém, está atualmente apta para produzir tecidos de rami de fina qualidade, podendo-se prever boas possibilidades para o desenvolvimento do consumo da fibra.

O RAMI COMO FORRAGEM

Além das possibilidades do rami como fibra, são excelentes suas qualidades como forrageira, na alimentação de bovinos.

O gado em geral e as aves, apreciam grandemente o rami tanto em fôlhas, como em forma de farinha, como ingrediente de rações balanceadas. Aliás, compreende-se facilmente o va-

lor dessa forragem, ao se verificar no quadro seguinte que a quantidade de proteína produzida por hectare cultivado é muito superior à produzida pelos outros produtos citados. A percentagem total de proteínas é superior à da alfafa, e a quantidade de vitamina "A" é duas a três vezes maior.

Algumas das Fontes mais Importantes de Proteína Vegetal

Matéria	Média de rendimento p/ha. (quilos)	Conteúdo total de proteína %	Conteúdo total de proteína p/ha. (quilos)	O cultivo é plantado
Farinha de fôlhas de rami ..	6.800	24,0	1.630	Apenas 1 vez
Farinha de fôlhas de alfafa .	2.315	21,1	490	A intervalos
Amendoim em casca	1.050	36,9	385	Anualmente
Feijão Soja	750	24,9	175	Anualmente
Farinha de caroço de algodão	340	43,0	150	Anualmente
Farinha de linhaça	420	23,5	102	Anualmente

Fonte: Estação Experimental de Everglades, Flo, U.S.A.

PRODUÇÃO DE SÃO PAULO E DO BRASIL EM RELAÇÃO AOS DEMAIS PAÍSES

O Quadro I mostra o decréscimo da produção em São Paulo e também os baixos rendimentos médios das culturas, tendo-se em vista que a lavou-

ra racionalmente conduzida pode produzir mais de 5.000 quilos de fibra bruta, seca, por alqueire.

QUADRO I

Produção de Fibra Bruta de Rami no Estado de São Paulo

Anos	Área (alqueires) (*)	Produção (ton.)	Rendimento (Kg/alqueire)
1943	2 066	3 000	1 450
1944	1 860	4 609	2 480
1945	625	618	990
1946	985	1 305	1 460
1947	893	1 500	1 680
1948	620	450	730
1949	620	600	970
1950	289	300	1 040
1951	221	615	2 780
1952	179	634	3 540
1953	189	730	3 860
1954	295	438	1 480
1955	360	416	1 160
1956	391	482	1 230
1957	432	777	1 800
1958	105	147	1 400
1959	107	160	1 500

Fonte: Divisão de Economia Rural — Secção de Previsão de Safras e Cadastro.

(*) Alqueire paulista = 24.200 m².

A tendência ao desaparecimento da cultura no Estado, deve-se a fatores diversos dentre os quais a melhor qualidade das terras do norte do Estado do Paraná, mais férteis e mais apropriadas para a cultura, além de ocorrerem condições econômico-sociais favoráveis ao seu desenvolvimento.

A produção de rami, que em anos anteriores era principalmente de origem paulista, deslocou-se para a região denominada Norte do Paraná, especialmente nos municípios de Uraí, Londrina e circunvizinhos.

Não há estatísticas oficiais com respeito à produção do Es-

tado do Paraná. O Quadro II foi compilado com base nas informações de fontes bem relacionadas com o assunto, como a Cooperativa Agrícola de Cotia, Associação de Ramicultores, comerciantes e industriais do rami.

Conquanto se deva considerar esses dados com reservas, em virtude da dificuldade de se avaliar a produção quando não existe sequer um cadastro de propriedades produtoras, permitem-nos ter uma idéia aproximada da produção.

QUADRO II

Estimativas da Produção de Rami no Estado do Paraná

Anos	Área cultivada (alqueire) (*)	Produção (ton.)	Rendimento (Kgs/alq.)
1952/53	1 080	4 000	3 700
53/54	1 080	4 000	3 700
54/55	1 220	4 300	3 525
55/56	1 440	4 000	2 730
56/57	2 360	5 300	2 250
57/58	2 410	5 500	2 280
58/59	2 380	5 000	2 100
jan. a jun. 59 a 60	2 540	4 500	1 770
1960/61	3 090	6 800	2 200

(*) Alqueire paulista = 24.200 m².

Conhece-se apenas aproximadamente, as produções de ramí dos demais países, sendo que a respeito da produção da China Continental, que é provavelmente o maior produtor mundial, não existem informações.

Segundo consta(1), mais de 90% da produção mundial é de origem chinesa e as estimativas dão para esse país uma produção de cerca de 100.000 toneladas, das quais a quase totalidade é absorvida pelo próprio país para confecção de

tecidos, linhas e rédes de pescar.

O quadro III, mostra que apesar da produção brasileira ser relativamente diminuta, é bastante superior à dos demais países. Esses dados são estimativos, mais ou menos grosseiros, notando-se mesmo uma avaliação exagerada da produção brasileira, que em realidade não atingiu 7.000 quilos em 1958 ou 10.000 quilos em 1960.

Os motivos da pequena produção dos demais países,

(1) Plantas Fibrosas da Flora Mundial, Júlio Cesar Medina, Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo.

são os mesmos que impedem o maior desenvolvimento da produção no Brasil, ou sejam as dificuldades que ocorrem em virtude da falta de maquinaria

eficiente de descorticagem e os problemas para a obtenção de um fio de qualidades ótimas para emprêgo na produção de tecidos finos.

QUADRO III

RAMI: — Produção nos principais países produtores em 1958 e 1959
Toneladas

Países	Ano de colheita	
	1958	1959(1)
Brasil	7.000	10.000(3)
Japão	1.329	1.250
Filipinas	1.290	1.200
China - Formosa	857	910(3)
Tailândia	490	500(3)
Coréia do Sul	77	91(3)
Vietnam	41	450
Estados Unidos (3)	45	45(3)
México	7	9
Outros países (2)	655	45
Total (2)	11.800	14.970

(1) Preliminar

(2) Exclui a China Continental

(3) Dados incompletos

Fonte: "Foreign Crops And Markets", 26 de maio de 1960 Publicação do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Obviamente, outras condições adversas de natureza agro-econômica peculiares a cada país, contribuem também para o impedimento do aumento da produção.

Contudo, é preciso ter-se em mente que diversos países, inclusive africanos, são eventuais ou potenciais competidores do Brasil no mercado internacional.

FAVORÁVEL A SITUAÇÃO DOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO

A produção de rami dos Estados do Paraná e São Paulo, é consumida pelas fábricas de cordoaria, fios e tecidos de São Paulo, a preços atualmen-

te considerados como compensadores.

Nos três últimos anos, a indústria paulista tem consumido a quase totalidade da

produção, tendo sido proibidas as exportações da fibra em 1960. As exportações foram significativas nos anos de 1957, 1958, e 1959.

O quadro IV mostra a evolução dos preços médios apro-

ximados, pagos por quilo de fibra bruta seca, verificando-se que nos dois últimos anos, os preços pagos ao produtor pelo produto pôsto em São Paulo, têm sido elevados.

QUADRO IV

Preços e Quantidades Negociadas de Rami

Anos	Produção brasileira (toneladas)	Preço médio posto S. Paulo (Cr\$/kg) (1)	Exportação (toneladas) (2)	preços médios FOB - Santos(1) (Cr\$/kg.)
1952/53	4 000	11,00	159	13,10
1953/54	4 000	18,00	—o—	—o—
1954/55	4 300	23,00	—o—	—o—
1955/56	4 000	30,00	11	30,60
1956/57	5 300	20,00	932	24,10
1957/58	5 500	18,00	803	28,30
1958/59	5 000	31,00	1.136	44,20
1959/60	4 500	65,00	suspensas as exportações	
1960/61	6 800	73,00	idem	—

(1) Preços médios calculados com base nos dados fornecidos pela Cooperativa Agrícola Cotia, industriais e comerciantes do produto.

(2) Fonte: Associação Comercial de Santos.

Verificamos que nos anos de 1956 a 1958 houve uma baixa de preços no mercado interno, ocorrendo em seguida um considerável aumento. Baixas análogas já ocorreram anteriormente e deve-se atribuí-las à desorganização da comercialização, quando a falta de conhecimento exato da produção não permitiu um contrôlo adequado de vendas às indústrias e ao mercado externo.

Essa situação deu origem a problemas graves, como os decorrentes de grandes disponibilidades do produto em 1956 e 1957 e conseqüente baixa de

preços. No ano de 1957 foi liberada a exportação, melhorando a situação do produto, tendo sido em 1960 proibida em vista da menor safra de 1959/60 motivada por condições climáticas adversas.

Por outro lado, a indústria de tecidos de rami tomou considerável impulso nos últimos anos, tendendo a franco desenvolvimento. As possibilidades dessas indústrias são alvissareiras, já que o tecido de rami poderia possivelmente substituir os tecidos de linho em futuro próximo, o que acarretará grande economia de divisas,

pois as importações brasileiras de linho são da ordem de 5.000 toneladas anuais, num montante de cerca de 4.000.000 de dólares.

A procura pela fibra de rami do Brasil no mercado exterior, é relativamente grande e a preços compensadores, segundo apuramos junto a organizações exportadoras. A Cooperativa Agrícola de Cotia tem sido procurada por industriais japoneses, que estariam interessados na aquisição de 5.000 toneladas anuais da fibra, desde que houvesse suprimento contínuo.

A Exportadora e Importadora Transatlântica S.A. informou a Secretaria da Agricultura que indústrias européias e norte-americanas estariam interessadas na aquisição de cerca de 2.000 toneladas anuais de fibra, sendo suas necessidades de consumo de ordem de 10 a 11.000 toneladas.

A procura no mercado exterior deveria ser atendida, concedendo-se no entanto prioridade, para o consumo da indústria nacional, que tem oferecido bons preços pelo produto de boa qualidade.

INVESTIMENTOS, DESPESAS E RECEITA NA CULTURA DE RAMI

Apresentamos a seguir uma estimativa dos investimentos, despesas e receita de um hectare cultivado com rami. Estes dados correspondem a um modelo básico de exploração e são fundamentados em elementos obtidos através de

inquéritos pessoais junto a produtores do norte do Estado do Paraná e do município de Registro (São Paulo), em informações da Cooperativa Agrícola de Cotia e publicações do Instituto Agrônomo de Campinas. (*)

Investimentos na cultura de rami

No quadro VI e VII enumeramos respectivamente os investimentos em benfeitorias e máquinas e as despesas de formação, que constituem também investimento, já que a duração da cultura é da ordem de sete anos.

As benfeitorias e máquinas constantes do quadro VI, são apenas as específicas da cultura, não englobando os investimentos que contribuem indiretamente para a exploração em questão, como por exemplo: sede, casas de trabalhadores,

(*) Custo e Rendimento de uma Cultura de 10 ha de Rami Boletim n.º 74 — Instituto Agrônomo - Fev. 56 - Guilherme A. de Paiva Castro. Plantas Fibrosas da Flora Mundial — Júlio Cesar Medina — Instituto Agrônomo — 1959.

QUADRO VI

Investimento em Benfeitorias e Máquinas Necessárias à uma Cultura de 5 Ha de Rami

1 barracão de madeira (10 x 5)	Cr\$ 60 000
1 máquina descortecedora	45 000
1 motor de 5 HP	100 000
1 balança (200 Kg)	7 000
Total	212 000

Nota: Valores de janeiro de 1961.

carroças, animais e implementos agrícolas.

Os itens especificados no quadro VI referem-se aos investimentos mínimos necessários a uma exploração de cinco hectares, cuja produção pode ser beneficiada por apenas uma máquina descortecedora.

Verificamos que os investimentos em benfeitorias e máquinas montam em cêrca de Cr\$ 42 400,00 por hectare.

A essa importância devemos acrescentar as despesas de formação de 1 hectare, constante do quadro VII.

QUADRO VII

Despesas Diretas de Formação de um Hectare de Rami

Operações e Materiais Consumidos	Dias de serviço Homem - dias	Cr\$	Cr\$
a) Preparo do terreno (1)			
1.ª aração e gradeação limpesa do terreno	—	6 198	
	3	450	
2.ª aração e gradeação limpesa do terreno	—	4 958	
	1	150	11 756
b) Plantio			
Custo dos rizomas (12 scs. 30 Kg)		6 500	
mão de obra	5	750	7 250
Total			19 006

(1) Feito com trator, por empreitada.

A limpeza do terreno, ou seja a retirada de touceiras de capim, troncos e galhos, é fei-

ta manualmente. Consideramos, baseados em avaliações realizada no município de Re-

gistro (que ao nosso ver apresenta melhores possibilidades para o desenvolvimento da cultura em nosso estado) o valor do dia de trabalho de um homem, da ordem de Cr\$ 150,00.

As despesas de formação enumeradas no quadro VII, somadas a importância de

Cr\$ 42 400,00 referentes aos investimentos em máquinas e benfeitorias correspondentes a área de um hectare, constituem os investimentos específicos mínimos necessários para a exploração, que são portanto da ordem de Cr\$ 61.400,00, por hectare.

Despesas diretas de custeio de um hectare de rami

O primeiro ano agrícola, apresenta menor rendimento e conseqüentemente menores despesas de custeio, apesar de serem necessárias seis operações de cultivo ao invés de quatro como nos demais anos.

Em culturas bastantes produtivas, pode-se efetuar a

partir do segundo ano agrícola quatro cortes anuais podendo a produção ultrapassar 1 000 quilos por hectare.

As despesas de custeio do primeiro ano agrícola são da ordem de Cr\$ 18.900,00 ou seja cêrca de Cr\$ 7.350,00 a menos

QUADRO VIII

Despesas Diretas de Custeio de um Hectare de Rami (1)

Operações	Dias de serviço Homem - dias	Valor (Cr\$)
a) Cultivo (4 vezes no ano)	12	1 800
b) Colheita		
Corte dos caules (4 vêzes ao ano) ..	34	5 100
Transporte dos caules (4 vezes ao ano)	17	2 550
Preparo dos caules (idem)	34	5 100
c) Descorticagem (4 vezes ao ano)	34	5 100
Secagem, embonecamento, pesagem das fibras (4 vezes ao ano)	17	2 550
d) Outras despesas		
Óleo lubrificante e força motriz	—	1 500
Retorno à cultura dos resíduos do desfibramento	17	2 550
Total	165	26 250

(1) Valores de janeiro de 1961. Não foram incluídas despesas de conservação e depreciação de máquinas, veículos e animais.

que nos demais anos, conforme verificamos pela comparações de cultivo ao invés de custeio, especificadas no quadro VIII (preços de princípios de 1961).

Essa diferença deve-se ao fato de haver no primeiro ano, menor produção e portanto menores despesas na colheita e descorticagem.

Também os trabalhos de transporte dos caules até a máquina descortidora e preparo dos caules para descorticagem, abrangendo o desfolhamento, aparar das pontas e a descorticagem, são menores no primeiro ano.

No quadro VIII, acham-se indicadas as despesas diretas de custeio de um ano agrícola de cultura de rami.

O cultivo é efetuado quatro vezes por ano, com auxílio de animais, o mesmo ocorrendo com relação ao transporte dos caules e retorno à cultura dos resíduos de descorticagem. Como as fibras secas constituem cerca de 3% do volume cortado, não são consideráveis as quantidades de nutrientes retirados do solo desde que se processe ao retorno dos resíduos. Esse procedimento poderá restringir bastante as des-

pesas de aplicação de fertilizantes comerciais. A adubação química recomendada para rami vai depender da riqueza original do solo ou do seu estado de esgotamento.

Em explorações bem conduzidas, a produção pode atingir e mesmo ultrapassar 1.000 quilos de fibra comerciável em um ano agrícola. Aos preços de princípios de 1961, quando o quilo de fibra de boa qualidade posto em São Paulo estava cotado em Cr\$ 76,00, um hectare poderia proporcionar uma receita total de Cr\$ 76 000,00. Para a estimativa da renda líquida seria preciso deduzir desta importância as despesas diretas de custeio as despesas de transporte da fibra para São Paulo, assim como as de conservação e depreciação de benfeitorias, máquinas e animais, impostos e despesas gerais de administração, que não foram incluídas na despesa de custeio acima apresentada.

A renda líquida da exploração pode ser bastante elevada, já que a grosso modo, podemos estimá-la em Cr\$ 30 000,00 a Cr\$ 40 000,00 por hectare, desde que haja bons preços conforme ocorreu em princípios do corrente ano.

BOAS POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA NO ESTADO DE S. PAULO

Pelo exposto, vimos que a cultura do rami proporciona resultados compensadores ao produtor, e a situação dos mercados interno e externo, permite a previsão do aumento do consumo nos próximos anos.

Segundo técnicos do Instituto Agronômico do Estado de São Paulo e agrônomos do Estado, responsáveis pela Agricultura da região, as condições do município de Registro e circunscrituras, são favoráveis sob o ponto de vista agrônomo, ao desenvolvimento da cultura.

A primeira cultura estabelecida recentemente em Registro por um agricultor filiado à Cooperativa Agrícola de Cotia, tem apresentado bons resultados e essa Cooperativa considera também boas as possibilidades para o desenvolvimento da produção de rami nessa zona.

A região apresenta vantagem em relação a do norte do Estado do Paraná, para a produção de rami. Com efeito, o produto da região não será onerado por impostos que paga o rami produzido no Paraná a esse estado, e além disso, a excelente rodovia Regis Bittencourt, oferece vantagens com respeito ao transporte do produto, pois a distância de Registro à cidade de São Paulo, onde estão localizadas as indústrias que aproveitam a fibra, é de cerca de 180 quilômetros, enquanto a zona produtora do Paraná dista cerca de 700 quilômetros desta cidade.

Desde que nessa região a cultura se comporte realmente de maneira satisfatória com respeito à produtividade, acreditamos que deveriam ser para ela, dirigidos os esforços governamentais visando a localização e desenvolvimento da produção no Estado de São Paulo.

SITUAÇÃO DO CAFÉ

Eng.º Agr.º Rubens Araujo Dias

ESTÁVEL O MERCADO EM JANEIRO. PEQUENAS ALTAS EM SANTOS

O mercado brasileiro de café continuou, no primeiro mês de 1961, a apresentar as mesmas características notadas ultimamente. No mercado de Santos verificou-se, no decorrer de janeiro, ganhos nas cotações do disponível, sendo que o café tipo 4, estilo Santos, que no dia 2 estava cotado a Cr\$ 596,50 por 10 quilos, passou a valer Cr\$ 608,50 nos últimos dias do mês. Essa alta nas cotações, em níveis superiores aos de compra pelas firmas interventoras, deve-se à relativa falta de cafés de melhor qualidade devidamente liberados e portanto aptos a serem negociados na praça. A pequena liberação que vem sendo feita e a política oficial de preços seguida neste ano, que tornou desinteressante a venda dos cafés de melhor qualidade

no mercado de exportação, podem ser apontadas como causas fundamentais de tal situação. Nos quadros I, II e em gráfico, pode-se ter elementos de comparação para o citado movimento de preços.

No mercado futuro de Santos — entrega direta — notou-se altas ainda mais acentuadas em quase todos os meses. Aliás, êsse movimento iniciou-se em dezembro, principalmente para os meses referentes à próxima safra. Assim, o café para ser entregue no período de julho a dezembro de 1961 estava, em meados de dezembro passado, cotado a 640 cruzeiros por 10 quilos. A cotação vigente para êsses cafés já era de 660 no dia 2 de janeiro, atingindo 685 em fins desse mês, verificando-se pois, uma alta de 45 cruzeiros por 10 qui-

QUADRO I

Cotações de Café — Janeiro de 1961

Mercados.	Dia 2	Dia 31	Mínima	Máxima	Média	Média mês anterior
SANTOS (Cr\$ p/10 Kg.)						
Disponível						
Estilo Santos, tipo 4	596	608	596	608	605	596
Entrega Direta						
Janeiro 61	602	—	602	612	607	603
Jul/Dez. 61	660	685	660	685	673	644
Jul/Dez. 62	660	695	660	660	680	—
NOVA IORQUE (cents por libra-pêso)						
Futuro						
Contrato B						
Março	36,19	36,55	35,50	36,55	36,14	35,60
Julho	34,96	35,00	34,10	35,06	34,77	34,60
Dezembro	34,11	33,61	33,11	34,11	33,67	33,80

Fontes: Associação Comercial de Santos e "Complete Coffee Coverage"

QUADRO II

Cotações Médias de Café no Disponível

Mercados	1960				1961
	Jan.	Out.	Nov.	Dez.	Jan(*)
No BRASIL (Cr\$ por 10 quilos)					
Estilo Santos, tipo 4 ..	516,40	596,00	595,90	596,00	604,80
Paranaguá, tipo 4 mole	500,00	—	595,00	592,20	...
Rio, tipo 7	420,40	487,00	490,00	490,00	490,00
Vitória, tipo 7/8	355,10	419,10	420,00	420,00	...
Nos ESTADOS UNIDOS (cents por libra-peso)					
Santos, tipo 4	36,33	36,25	36,35	36,25	36,53
Paraná, tipo 4/5	35,55	35,28	35,30	35,35	35,70
Rio, tipo 7	34,10	32,50	32,80	33,00	33,00
Colômbia, Mams	45,68	44,90	44,35	43,85	44,48
México	41,50	41,83	41,83	40,88	40,15
Uganda (robusta)	23,63	19,68	19,95	19,30	18,60

Fonte: Instituto Brasileiro do Café e Bureau Pan-Americano de Café.

(*) Dados preliminares

los, em um mês e meio. Esse movimento de preços deve refletir a expectativa de mudanças no nível de preços da próxima safra, talvez em consequência de alterações no sistema cambial.

Em janeiro registrou-se um movimento bem menor de negócios no mercado disponível de Santos, pois foram vendidas 726 541 sacas, em confronto com as 1,3 milhões de sacas negociadas em dezembro último. No mercado de entrega direta foram vendidas 45 750 sacas, o maior movimento mensal verificado desde janeiro de 1960, sendo que esse maior volume deve ser atribuído ao movimento já mencionado que ocorreu nesse mercado.

No mercado de Nova Iorque, não se registraram osci-

lações pronunciadas nos preços de café, tendo mesmo os cafés brasileiros e colombianos acusado pequenos ganhos: o Santos 4 terminou o mês cotado a 36,75 cents por libra e o Mams, da Colômbia, a 44,75, níveis esses pouco superiores às médias de janeiro (veja quadro II). Com outros cafés da América notou-se uma tendência para preços mais baixos, o que aliás provocou, inclusive, reuniões dos responsáveis pela política cafeeira dos diversos países, tendo se estudado medidas que venham a estabilizar ou mesmo elevar as cotações. Para determinados cafés africanos, registrou-se também baixa nos preços, tendo o n.º 10 de Uganda terminado o mês de janeiro cotado a 18,13 cents por libra, uma das mais baixas cotações dos últimos tempos.

SITUAÇÃO DO CAFÉ EM 1960 NOS EE. UU.: MENORES IMPORTAÇÕES E PEQUENO ACRÉSCIMO NO CONSUMO

Dados recentemente divulgados pelo Bureau de Censos do Governo norteamericano nos permitem melhor avaliação da situação do café naquele país. Assim, as importações de café pelos EE.UU. em 1960 totalizaram 22 132 891 sacas, aproximadamente 4,5% a menos que no ano anterior, quando se havia importado um volume recorde (23 166 mil sa-

cas). Os dados do quadro III

QUADRO III

Anos	Mil sacas 60 Kg.
1952.....	20 266
1953.....	21 017
1954.....	17 064
1955.....	19 642
1956.....	21 234
1957.....	20 859
1958.....	20 163
1959.....	23 166
1960.....	22 133

nos mostram as importações de café feitas pelos Estados Unidos nos últimos anos.

As importações de café brasileiro totalizaram 9,2 milhões de sacas em 1960, volume inferior ao do ano anterior (10,6 milhões) o que fez decrescer a participação brasileira no total importado pelos EE.UU., de quase 46% em 1959 para 42% em 1960. Neste último ano, foram as seguintes as participações das demais importantes zonas produtoras: Colômbia 4,2 milhões de sacas (19%), outros países da Amé-

rica 4,7 milhões (21%) e África 3,8 milhões (17%). Em relação ao ano anterior, a Colômbia também viu sua contribuição diminuída (de 21 para 19%), enquanto que as demais zonas aumentaram, principalmente a África (de 13 para 17%).

No entanto, para melhor juízo da evolução do consumo nos Estados Unidos, deve-se analisar os dados referentes ao volume de café torrado. No quadro IV apresentamos elementos a êsse respeito.

QUADRO IV
Café Torrado nos Estados Unidos
1 000 sacas de 60 quilos

Meses	1957	1958	1959	1960
jan/março	5 383	5 513	5 829	5 833
abril/junho	4 861	4 954	4 987	5 205
julho/set.	4 579	4 900	5 204	5 083
out/dez.	5 498	5 570	5 678	5 774
Total	20 321	20 937	21 698	21 895

Fonte: U.S. Bureau of Census

Foram assim consumidos neste último ano, 21,9 milhões de sacas, o maior volume (atingido) naquele país. Parte dêsse total — 3 961 mil sacas — foi utilizado, na fabricação de café solúvel, volume que igualmente constitui recorde naquele país. Em 1959 tinham sido usadas, para êsse fim, 3,7 milhões de sacas e em

1958, 3,5 milhões. A participação do solúvel no consumo total de café vem aumentando ano após ano, tendo passado de 16,7% em 1958, para 17,3% em 1959 e 18,1% em 1960.

O quadro IV, nos apresenta também o volume de café torrado por trimestre, o que permite acompanhar com mais segurança a evolução do con-

sumo. Por esses dados, nota-se que em 1960 ocorreu uma diminuição mais intensa no período do verão, tendo sido torrado, de julho a setembro, 5,1 milhões de sacas, não só menor volume trimestral desse ano, mas também inferior ao verificado em igual período de 1959, fato esse que não aconteceu nos outros trimestres. Essa retração impediu mesmo que não ocorresse em 1960 nos EE. UU., o esperado aumento anual no consumo. Assim, entre 1959 e 1960, o volume de café torrado aumentou em apenas 197 mil sacas, ou sejam 0,9%. Entre 1958 e 59 o aumento nas torrações tinha atingido 761 mil sacas, ou sejam 3,6%. Embora esses dados não representem exatamente a tendência de consumo naquele país, pois precisava-se retirar e adicionar as parcelas correspondentes a exportações e importações de café torrado e de solúvel, eles nos dão uma indicação bem aproximada. Para melhor julgar

o aumento verificado em 1960 no consumo de café (0,9%), pode-se salientar que o crescimento médio anual da população naquele país é da ordem de 1,9%, o que por si só já indica ter havido em 1960 uma efetiva diminuição no consumo per capita de café. De outro lado, havia ainda a possibilidade de ocorrer um crescimento no consumo do café, devido à elevação da renda per capita tendo sido mesmo recentemente calculado, que se deve esperar, devido unicamente a esse fator, um aumento no consumo de café, nos próximos 10 anos, da ordem de 15%.⁽¹⁾ Vê-se, pois, que em 1960 o consumo de café nos EE.UU. não atingiu os níveis teóricos esperados, o que não deixa de constituir faceta negativa aos esforços que vêm sendo desenvolvidos pelos países produtores, em vista da atual situação estatística, no sentido de aumentar ao máximo suas vendas de café.

REDUZIDAS AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ EM JANEIRO

Dados ainda preliminares, divulgados pelo Instituto Brasileiro do Café, indicam que as exportações de café para o exterior, realizadas em todo o Brasil, alcançaram 1 045 707

sacas, volume que pode ser considerado abaixo do normal, tendo mesmo constituído a menor quantidade embarcada nos últimos 12 meses. (em janeiro de 1960 foi embarcado

(1) Dados recentemente divulgados pelo "Convênio Internacional do Café", baseados em estudo realizado pelo "Grupo de Estudo do Café".

um volume ligeiramente menor: 1 027 mil sacas).

Dêse total, 441 228 foram embarcadas em Santos, 270 146 pelo Rio, 95 745 em Angra dos Reis, 93 150 em Niterói, 90 913 em Vitória, 41 157 em Paranaguá e o restante nos demais portos cafeeiros (Recife e Salvador).

Com embarques de janeiro, as exportações dos 7 primeiros meses da safra 1960/61

atingiram 9,9 milhões de sacas, enquanto em igual período da safra anterior — 1959/60 — foram embarcadas 11,0 milhões. Está ocorrendo, portanto, uma exportação bem menor no corrente ano cafeeiro. De qualquer modo, as atuais vendas ainda são superiores às verificadas, em média, nos quinquênios de 1955/59 (9,5 milhões) e 1950/54 (9,4 milhões de sacas).

QUADRO V
Exportação de Café para o Exterior
1 000 sacas de 60 quilos

Mêses	BRASIL				SANTOS			
	Média		Anos	Anos	Média		Anos	Anos
	quinquênios	1950/54			1955/59	1960		
Jan.	1 225	1 167	1 027	1 046(*)	595	501	404	441(*)
Fev.	1 175	1 212	1 462		621	524	601	
Mar.	1 382	1 056	1 321		714	518	535	
Abr.	939	1 105	1 305		484	582	597	
Mai.	849	1 096	1 531		485	591	820	
Jun.	902	1 062	1 313		529	606	724	
Jul.	995	1 193	1 932		606	669	1 381	
Ago.	1 266	1 406	1 507		655	657	607	
Set.	1 504	1 467	1 611		682	679	633	
Out.	1 469	1 479	1 137		619	600	350	
Nov.	1 499	1 520	1 313		694	628	478	
Dez.	1 494	1 265	1 360		696	511	515	
Total anual	14 699	15 028	16 819		7 380	7 066	7 645	

Fonte: Instituto Brasileiro do Café.

(*) Dados preliminares

SITUAÇÃO DO ALGODÃO

Eng.º Agr.º Rubens Araujo Dias

RESULTADOS FINAIS DA SAFRA DE 1960

Com o término da safra algodoeira colhida em 1960 já se pode, pelos dados disponíveis, fazer melhor análise de seus resultados. Assim, segundo dados levantados pela Seção de Fiscalização e Classificação de Fibras Têxteis, deram entrada nas usinas de beneficiamento do Estado 565 704 toneladas de algodão em caroço, 29 280 toneladas a mais que em 1959 (veja quadro I). Descontando-se o algodão proveniente de outros Estados — 38 313 toneladas (33 484 do Paraná, . . . 3 604 de Mato Grosso, 1 195 de Goiás e 30 de Minas) — e adicionando-se o algodão em caroço enviado para Minas (286 toneladas), a produção em São Paulo atingiu, em 1960, 527 963 toneladas, (35,2 milhões de arrôbas), 25 532 toneladas (5,1%) a mais que o produzido no ano anterior. Esse volu-

me é bem superior ao colhido nos anos de 1957 e 1958, embora bem abaixo dos anos áureos do algodão em São Paulo (a safra recorde foi obtida em 1944, quando foram produzidas 1 315 688 toneladas de algodão em caroço — 87,7 milhões de arrôbas).

Fato digno de registro, é o aumento que se verificou no rendimento agrícola, sendo que por dois anos consecutivos foram superados recordes anteriores em São Paulo. Assim, em 1960 a produção média por alqueire alcançou 170,9 arrôbas de algodão em caroço (1 058 quilos por hectare), nível bastante expressivo, que permite, em comparação com os resultados médios obtidos no quinquênio de 1945/49, colher quase a mesma produção, utilizando-se de uma área 57% menor (206 mil alqueires em

lugar de 484 mil). E' de salientar que êsse aumento de produtividade vem sendo conseguido ano após ano, como se pode também observar pelos dados do quadro I. No entanto, o progresso conseguido pela cotonicultura paulista ainda fica bem atrás do obtido por alguns de nossos competidores. Assim, partindo de uma produção média, no período de 1934/38, variando de 240 a

280 quilos de algodão em pluma por hectare chegou-se, na última safra, a colher, em média 477 kg nos Estados Unidos, 520 kg no México e 788 kg em El Savador. Nesse mesmo período, São Paulo passou de 226 kg (média de 1934-38) de algodão em pluma por hectare, para 369 kg (em 1960). E êste último rendimento ainda se situa em nível bem inferior aos obtidos naqueles países.

QUADRO I

Algodão no Estado de São Paulo

Média de quinquênios e Anos	Algodão em Carçoço		Area Plantada		Rendimento (2) arrôbas p/alq.	(2) Kgs p/Ha.
	Beneficiado S. Paulo Ton.	Produzido S. Paulo Ton.(1)	1 000 alq.	1 000 Ha.		
1945/49	532 780	532 780	484	1 171	76,5	474
1950/54	674 557	654 398	448	1 085	98,9	613
1955/59	513 927	480 282	230	557	142,2	882
1957	379 852	357 928	196	474	121,7	755
1958	418 588	399 271	170	411	154,6	959
1959	536 424	502 431	200	484	167,5	1 038
1960	565 704	527 963	206	499	170,9	1 058

Fontes: Divisão de Fiscalização e Classificação de Produtos Agrícolas e Divisão de Economia Rural.

- (1) — Deduzido o algodão recebido de outros Estados para beneficiamento.
 (2) — Os dados de rendimento dizem respeito a algodão em carçoço.

Maior Produção de Tipos Inferiores em 1960, Nova Melhoria No Comprimento da Fibra Paulista

Como vem ocorrendo últimamente, verificou-se ainda em 1960, maiores produções de algodões de tipos inferiores, bastando dizer que aproximadamente 87% do algodão produzido foi classificado como inferior ao tipo 5/6. No

ano anterior, essa porcentagem foi de 80%. Conforme se pode observar pelos dados do quadro II, vem se verificando desde 1958 uma acentuada deterioração dos tipos produzidos.

Embora a produção do último ano ainda seja melhor,

QUADRO II
Produção de Algodão em Pluma em São Paulo
Por tipos

Tipos	1960		Porcentagens			
	Toneladas	%	1959	1958	1957	1956
2	2	0,00	—	—	—	—
3	22	0,01	0,00	—	0,00	0,00
4	349	0,17	0,08	0,07	0,00	0,00
4/5	3 496	1,77	1,16	2,34	0,06	0,14
5	21 878	11,08	18,44	18,75	2,01	2,31
5/6	55 161	27,94	32,82	33,25	21,53	18,61
6	53 142	26,91	23,14	22,11	34,28	28,43
6/7	31 842	16,12	13,46	11,90	21,66	15,83
7	16 697	8,46	6,33	5,25	12,42	12,26
7/8	8 678	4,39	2,54	2,23	5,18	8,51
8	3 928	1,99	1,20	2,10	1,84	6,65
9	1 464	0,75	0,53	1,42	0,66	4,06
Inf. a 9	808	0,41	0,30	0,58	0,36	3,20
Total (em ton).	197 467		187 975	143 829	136 224	199 137

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

nesse sentido, que a obtida nos anos de 1956 a 1957 deve-se notar que êsses anos podem ser considerados como dos piores de nossa história algodoeira. A êsse mesmo respeito, deve-se notar que nesses últimos anos, nota-se uma leve tendência para a produção de tipos melhores (acima do tipo 4), embora o total produzido na safra de 1960 ainda seja insignificante (0,18%). É de se esperar que se consiga, nas próximas safras, sanar êsse ponto fraco de nossa produção, em vista dos esforços que nesse sentido estão sendo feitos, tanto pelo Governo como pelas classes interessadas.

Já com referência ao comprimento do algodão paulista,

vem ocorrendo últimamente uma notável e acentuada melhoria. Assim, em 1960, uma alta porcentagem da safra — 75,6% — era constituída de algodão com comprimento de fibra igual ou superior a 30 mm (1 1/16), o que bem indica o progresso alcançado, principalmente quando se compara com

QUADRO III

Comprimento da fibra m/m	Toneladas
24	22
25	35
26	255
27	746
28	5 926
29	41 163
30	120 150
30/32	28 898
32/34	272
Total	197 467

as porcentagens conseguidas nas safras anteriores — 73,3% em 1959, 7,4% em 1958 e 0,0% (apenas 34 toneladas) em 1957, (veja também quadro IV). Apresentamos no quadro III se-

gundo dados da Bolsa de Mercadorias de S. Paulo, a produção de algodão em pluma de São Paulo, em 1960, distribuída pelos vários comprimentos de fibra.

QUADRO IV

Distribuição, por Comprimento de Fibra, da Produção de Algodão em Pluma de São Paulo

Porcentagens

Anos	Comprimento de Fibras						
	Menos (-15/16) de 26 mm	(15/16) 26 mm	(31/32) 27 mm	(1") 28 mm	(1 1/32) 29 mm	(1 1/16) 30 mm	Mais de (+ 1 1/16) 30 mm
1955	0,12	5,43	36,55	50,12	7,62	0,16	—
1956	—	0,59	21,98	68,61	8,79	0,03	—
1957	0,07	1,69	39,78	53,92	4,52	0,02	—
1958	—	0,02	0,83	14,74	77,00	6,21	1,20
1959	0,01	0,23	1,60	6,57	18,26	54,49	18,84
1960	0,02	0,13	0,38	3,00	20,85	60,84	14,78

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Verifica-se, assim, que o grosso de nossa produção já apresenta comprimento acima de 1", com maior porcentagem (60,8%) na classe de 1 1/16. Foram assim bem sucedidos os esforços dos órgãos técnicos

oficiais, que em poucos anos conseguiram essa rápida mudança, pela introdução de novas variedades (IAC-8, 10 e 12), visando atender a procura, no mercado mundial, de algodão de fibras maiores.

MAIOR O PLANTIO DE ALGODÃO NA SAFRA DE 1960/61

Graças aos bons resultados financeiros obtidos, principalmente nas lavouras de melhor nível técnico, bem como a atual situação por que passa o café, notou-se um aumento no interesse dos lavradores para o plantio de algodão, apesar da grande concorrência apresentada pelo amendoim. Assim, houve maior procura de semen-

tes de algodão, tendo sido vendidas, pela Secretaria da Agricultura perto de 1,1 milhões de sacas, ou seja, perto de 10% a mais que o vendido no ano anterior. Uma boa porcentagem dessas sementes — cerca de 25% — era constituída de "sementes pretas" tratadas com inseticidas sistêmicos, o que representa um progresso

técnico acentuado, graças à proteção que fornece no início do desenvolvimento das plantações.

De outro lado, a 1.^a estimativa da área plantada, realizada em janeiro pela Divisão de Economia Rural, aponta para este ano o cultivo de 229,3 mil alqueires, ou sejam, 11,1% a mais que no ano anterior. Segundo informações disponíveis,

a situação da cultura, que no início do ano agrícola era bem favorável, já não se apresenta muito boa, principalmente pelo ataque de “murcha” em determinadas áreas e de “ramulose” em outras. Esses fatores, aliados às irregularidades das chuvas, poderão causar danos mais sérios à cultura, impedindo talvez que se consiga, outra vez, resultados recordes no rendimento.

ELEVAM-SE, EM SÃO PAULO AS COTAÇÕES DE ALGODÃO

As cotações de algodão que, no mercado de São Paulo, vinham se mantendo bastante estáveis em meados de 1960, começaram a apresentar pe-

quenas altas nos dois últimos meses desse ano, altas essas que se intensificaram nos últimos dias do mês de janeiro de 1961, (veja quadro V). As-

QUADRO V
Cotações de Algodão

Mercados	Cotações médias			Cotação	
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	dia 31-1-61
SÃO PAULO (Cr\$ p/15 kg)					
Disponível					
São Paulo, tipo 4	1 510	1 530	1 563	1 593	1 670
São Paulo, tipo 5	1 440	1 460	1 493	1 523	1 600
São Paulo, tipo 8	1 133	1 170	1 233	1 266	1 343
Norte, 34/36	1 800	1 800	1 800	1 829	1 900
Térmo -- Contrato Nacional					
Março 61	1 406	1 464	1 499	1 507	1 452
Maió 61	1 406	1 464	1 499	1 511	1 557
Outubro 61	—	1 464	1 500	1 524	1 569
Dezembro 61	—	—	—	1 525	1 572
LIVERPOOL (pences por libra)					
Térmo — Americano					
Dezembro 60	22,90	22,65	22,70	—	—
Maió 61	23,40	23,54	23,30	23,32	23,60
Dezembro 61	—	23,84	24,00	24,05	24,45

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

sim, o algodão pluma, tipo 5, no disponível de São Paulo, que vinha sendo cotado, de agosto a outubro, em 1 440 cruzeiros por 15 quilos, alcançou uma média de 1 493 em dezembro e 1 523 em janeiro último, tendo mesmo atingido um preço de 1 600 cruzeiros por arroba nos três últimos dias de janeiro. As cotações do mercado futuro de São Paulo acompanharam, de modo geral, essa evolução.

Esse movimento de alta, constatado em fins de janeiro, foi motivado principalmente pelas melhores perspectivas de preços do algodão destinado aos mercados externos, melhoria essa causada não só pelas condições vigentes no mercado mundial, mas principalmente pela desvalorização do cruzeiro no mercado cambial, o que resulta em maiores preços em cruzeiros, para o algodão.

QUADRO VI
Cotações de Algodão no Mercado Mundial
Em "cents" por libra pêso

Mercados	1 9 6 0				1961
	Jan.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.
ESTADOS UNIDOS					
14 mercados, Mid. 1"	31,91	30,20*	30,19*	30,16*	30,13*
Nova Iorque, Mid. 1"	33,10	32,20	32,26	32,26	32,25
Disponível LIVERPOOL					
São Paulo, tipo 5-1"	26,40	26,50	26,55	26,55	26,70
São Paulo, tipo 5 1 1/32 ...	26,90	26,90	27,00	27,00	27,20
Americano, Mid - 1"	27,00	26,60	26,70	27,00	27,00
Mexicano, SM 1 1/32	29,40	29,40	28,40	29,70	28,40

Fonte: USDA, "Cotton and General Economic Review"

* Dados preliminares.

No mercado mundial, notou-se em janeiro ligeiras melhorias nos preços, conforme se pode observar pelos dados dos quadros V e VI. Em fins de janeiro, o algodão paulista, tipo 5, com 1 1/32, estava sendo ofertado no mercado europeu a 27,00 cents por libra, CIF. Nessa mesma época, os algodões nossos competidores

eram cotados nas seguintes bases, também CIF - portos europeus; algodão americano, middling de 1" - 26,60 cents por libra; mexicano (middling - 1 1/16) 30,45 cents; da América Central (middling - 1 1/16) 28,75 cents; da Rússia (SM - 1 1/16) 30,85; níveis êses mais elevados que os vigentes há um ano atrás.

SITUAÇÃO DOS CEREAIS

Eng.º Agr.º Persio C. Junqueira

Avisinhando-se a entrada da safra de 1961, cresce o interesse pela evolução dos preços dos cereais e também pelas perspectivas futuras face ao plantio e situação geral da la-

voura na zona abastecedora do mercado paulista.

Nesta análise, estudou-se cada produto separadamente, para facilitar a interpretação dos fatos atuantes no mercado, nestes últimos sete meses.

ARROZ — Evolução normal das cotações face à entrada do produto novo

Observando-se a evolução das cotações dos tipos de arroz mais consumidos na capital, nota-se que o produto de grãos longos, provenientes do Triângulo Mineiro, Goiás e do próprio Estado de São Paulo, sofreu uma queda acentuada de janeiro a julho, mas após êste mês as flutuações foram pequenas, mantendo-se as cotações ao redor de 1650 cruzeiros (quadro I).

Esta evolução dos preços é considerada como uma tendência normal, pois com a en-

trada do grosso da safra, era de se esperar que as cotações baixassem.

Em outubro notou-se uma reação do mercado, já que houve certos rumores de exportações do produto gaúcho e também porque admitia-se que os preços do arroz já tinha atingido seu “preço chão”. Daquêle mês em diante, os preços firmaram-se, flutuando pouco, ao redor de 1800 cruzeiros para o amarelão, e ao redor de 1600 para o agulha.

QUADRO I

Cotações Médias Mensais do Arroz em São Paulo Capital e Interior Cruzeiro por 60 quilos

Anos	No Interior (A)	Amarelão Especial	Na Capital (B)		Catêto ou japonês especial
	Preços médios recebidos pelos lavradores (saca em casca)		Agulha Especial	Blue-Rose Superior	
1960 janeiro	990	1984	—	—	1350
julho	851	1698	1557	1300	1418
agosto	867	1650	1512	—	—
setembró ..	869	1654	1514	—	1420
outubro	919	1790	1656	1420	1450
novembro ..	987	1838	1646	1425	1504
dezembro ..	966	1787	1571	1445	1485
1961 janeiro	957	1849	1585	1405	1627

Fontes: — A — Divisão de Economia Rural
B — Bolsa de Cereais de São Paulo.

Região geo-econômica paulista produziu suficientemente para atender a demanda

QUADRO II

Exportação de Arroz Gaucho para o Estado de São Paulo

Sacos de 60 quilos

Anos	Quantidade - sacos
Média 1954/58	1 724 633
1959	1 532 577
1960	
janeiro	34 000
fevereiro	8 854
março	11 485
abril	43 243
maio	34 051
junho	18 745
julho	75 714
agosto	43 825
setembro	35 949
outubro	109 631
1960 até outubro	415 497
1959 até outubro	1 332 086

Fonte: Boletim Estatístico do IRGA

A produção deste ano da região abastecedora da Capital foi suficiente para o consumo demandado e garantiu o abastecimento do mercado paulista, não havendo necessidade de grandes importações do produto gaúcho.

Estatísticas do IRGA demonstram que as importações de arroz de grãos médios e curtos, no ano passado, são das menores que se tem notícia nos últimos anos.

Comparando-se os dados referentes a janeiro - outubro de 1959 com os de mesmo período de 1960, a redução na exportação para São Paulo foi da ordem de 916 589 sacos, ou seja de 68,8%.

Com esta diminuição nas remessas para São Paulo, as cotações do catêto e blue-rose, (arrozés gaúchos), não estão seguindo a tendência geral, de estabilização encontrada para o amarelão, observando-se que em janeiro do ano passado o

catêto era cotado mais baixo do que está atualmente. Isto talvez venha refletir a falta do produto no mercado para atender uma procura contínua, principalmente por parte da colônia japonesa, apreciadora do arroz de grão curto.

Perspectivas atuais — Aumento na Área Plantada

A safra do ano corrente deverá ser suficiente para manter o mercado abastecido, esperando-se que os preços tenham uma evolução normal. As previsões oficiais da Divisão de Economia Rural (1.^a estimativa) davam para a safra de 1959/60 uma área plantada de 237 000 alqueires e para este ano foi calculada em

262 900 alqueires. Notícias das regiões abastecedoras, Triângulo Mineiro e Goiás dão conta que a área plantada é pouco maior, a situação geral das lavouras é boa e as chuvas têm sido regulares, garantindo principalmente aos lavradores de sequeiro, a granação normal do seu produto.

FEIJÃO

A safra das sêcas no ano passado, foi considerada boa e quando os primeiros carregamentos do produto foram negociados em São Paulo, já se observou uma queda nos preços do produto.

Assim, pelo quadro III, nota-se que para os três tipos mais consumidos na capital, a tendência foi a mesma, isto é, baixa até o mês de outubro.

As cotações do feijão apresentam comumente oscilações muito grandes, como reflexo das condições dessa cultura. Normalmente, os atacadistas

relutam em estocar feijão, não querendo incorrer em risco muito grande. Exemplo do que foi dito verificou-se em outubro passado, quando um período de estiagem no Paraná, fez com que aparecesse no mercado o receio de perda do produto da safra das águas. Este fato provocou uma retração no comércio, repercutindo até em Minas e Goiás, que são abastecedoras do roxinho, fazendo com que as cotações se elevassem, em geral, para todos os tipos.

QUADRO III

Preços do Feijão no Estado de São Paulo Cruzeiro por saca de 60 quilos

Anos	Meses	Preços Médios Recebidos pe- los lavradores (A)	Na cidade de São Paulo (B)		
			Chumbinho Especial	Roxinho Especial	Rosinha Especial
1960	janeiro	2 550	2 938	3 810	2 947
	julho	1 390	1 583	1 956	1 790
	agosto	1 420	1 456	1 737	1 700
	setembro	1 180	1 415	1 658	1 700
	outubro	1 500	1 809	2 292	1 800
	novembro	1 430	1 388	1 936	—
	dezembro	1 450	1 275	2 005	2 000
1961	janeiro	1 430	1 592	2 070	1 800

Fonte: A — Divisão de Economia Rural
B — Bolsa de Cereais de São Paulo

Com a ocorrência de chuvas no mês de novembro, as perspectivas da safra melhoraram e os preços voltaram a cair.

Os feijões da safra das águas começaram a entrar na praça em fins de novembro, começo de dezembro, fazendo com que as cotações do chumbinho caíssem, para reagir agora no mês de janeiro p.p.

O roxinho, que é produto proveniente de uma única safra anual, não sofreu tal variação e a demanda contínua permitiu que os preços se firmassem ao redor de 2000 cruzeiros.

No interior as oscilações são, de modo geral, pequenas e normais, a queda dos preços no início do período em análise foram em virtude da entrada da safra das sêcas. A melhoria em outubro deve ter sido reflexo da situação na Capital, fazendo com que os compradores pudessem pagar mais pelo produto no interior.

A situação em janeiro foi de mercado firme, com as cotações variando pouco ao redor do 1 450 cruzeiros esperando-se ligeiros declínios com a entrada do grosso da safra das águas.

Perspectiva para o futuro: Aguarda-se um suprimento normal

As estatísticas oficiais da Divisão de Ec. Rural dão um pequeno aumento de plantio para o feijão das águas. No ano passado foram plantados

78 200 alqueires, com uma produção esperada de 1 360 000 sacas. Neste ano, 81 000 alqueires, esperando-se que produzam 1 479 000 sacas.

Notícias de plantio das sêcas são otimistas. Espera-se que, se não houver aumento, pelo menos a área deverá ser igual à que foi cultivada no ano findo, isto é, de 107 000 alqueires em São Paulo.

Pode-se prever assim, que o suprimento da Capital não sofrerá colapso, garantindo-se pelo menos uma estabilização nos preços, sem perigo de aviltamentos oriundos de deficiências de produção e abastecimento.

MILHO

Observou-se no ano findo uma queda acentuada nas cotações do milho. No interior, conforme se nota no quadro IV, de janeiro a setembro essa queda alcançou cêrca de 140

cruzeiros por sacco. Na capital, o amarelinho baixou pouco menos, cêrca de 90 cruzeiros, o amarelo 100 cruzeiros, e o amarelão também 90 cruzeiros, no mesmo período.

QUADRO IV

Cotações do Milho em São Paulo
Cruzeiro por saca de 60 quilos

Anos	Meses	No Interior Preços Médios Recebidos p/ Lavradores (A)	Grupo Duro (B) Amarelinho	Grupo Misto (B) Amarelo	Grupo Mole (B) Amarelão
1960	janeiro	466	530	517	496
	julho	337	418	404	393
	agôsto	329	—	394	400
	setembro ..	322	440	414	505
	outubro	364	475	455	448
	novembro ..	376	467	449	444
	dezembro ..	392	474	475	443
1961	janeiro	445	587	572	538

Fontes: — A. — Divisão de Economia Rural
B — Bolsa de Cereais São Paulo

A queda nas cotações neste período era esperada, pois no ano de 1960, as previsões davam para São Paulo, um grande incremento na área plantada, com uma colheita recorde na história da agricultura paulista.

De outubro em diante, observou-se uma pequena reação no mercado, talvez porque houvesse resistência dos vendedores do produto, achando que o preço cotado estava baixo e tentando forçar a alta. Resistência também baseada prin-

principalmente nos baixos estoques existentes ao se iniciar a safra e também no gasto com o armazenamento. encarecido com o expurgo, condição necessária para conservação do produto. Em janeiro, praticamente fim da safra, os lavradores tinham utilizado grande parte do produto, aplicando-o em várias atividades, como engorda de porco, criação de aves, etc., como também garantindo a reposição dos seus estoques.

Outro fator que concorreu

para a situação atual de pequena estocagem, é o desvio de parte da produção do Paraná e outras regiões abastecedoras da capital para outros mercados. Assim, o produto da safra passada está praticamente no fim, ocorrendo, neste ano um preço que é mais alto do que o verificado na mesma época do ano passado. Janeiro de 1961 apresenta as cotações do amarelinho 57 cruzeiros mais altas que janeiro de 60, o amarelão 55 cruzeiros e o amarelão 42 cruzeiros.

Perspectivas atuais.

Pelas previsões da Divisão de Economia Rural, nota-se que houve uma redução na área plantada com milho. Em 1959 foram previstos 547 000 alqueires plantados, e em 1960, 492 300 alqueires.

Acredita-se que no Estado de São Paulo, o milho perdeu em área principalmente para o amendoim e algodão, talvez

pelos melhores preços alcançados por estes produtos ultimamente.

Notícias dos círculos ligados à comercialização dos cereais dão conta que o plantio em Minas e Goiás diminuiu um pouco. A situação geral da lavoura é boa, esperando-se para breve a entrada no mercado do produto colhido este ano.

ESTATÍSTICA

Preços Médios Recebidos Pelos Lavradores de São Paulo

A) — Média do Estado*

Em cruzeiros

Produtos	Unidade	1 9 6 0				1961
		Jan.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.
	Kg de					
Café em côco(a)	renda	—	41,60	42,80	42,20	42,60
Café em côco(b)	40 kg	659	844	877	859	854
Café beneficiado	60 kg	2 030	2 620	2 660	2 680	2 740
Algodão em caroço ...	15 kg	—	—	—	—	—
Amendoim em casca ..	25 kg	379	564	555	509	468
Mamona	kg	12,30	15,20	16,20	16,30	16,20
Arroz em casca	60 kg	990	919	987	966	957
Arroz beneficiado	60 kg	1 590	1 470	1 520	1 530	1 540
Feijão	60 kg	2 550	1 500	1 430	1 450	1 430
Milho	60 kg	466	364	376	392	445
Batata	60 kg	645	532	531	468	502
Cebola	15 kg	381	176	140	140	160

B) Média das principais zonas do Estado

Setembro de 1960*

Em cruzeiros

Produtos(**)	Araça- tuba (1)	Avaré (2)	Campi- nas (3)	Marília (4)	Pres. Prudente (5)	Rib. Preto (6)	S. J. Rio Preto (7)	São Paulo (8)
Café em côco(a)	42,50	40,00	—	43,70	45,00	43,90	42,90	—
Café em côco(b)	841	813	822	880	885	861	896	—
Café beneficiado	2 800	2 650	2 610	2 690	2 840	2 820	2 800	—
Algodão em caroço ...	—	—	—	—	—	—	—	—
Amendoim em casca ..	487	417	—	470	450	449	476	—
Mamona	16,70	15,20	—	15,60	14,90	16,40	17,00	—
Arroz em casca	1 000	1 000	1 010	982	972	934	894	967
Arroz beneficiado	1 570	1 660	1 640	1 540	1 520	1 530	1 400	1 640
Feijão	1 380	1 360	1 600	1 530	1 520	1 500	1 400	1 630
Milho	430	429	480	464	477	445	410	523
Batata	—	431	430	600	588	475	477	582
Cebola	200	148	162	165	210	190	158	182

* Notas: Dados apurados pela Secção de Análise de Mercados e Preços sujeitos à revisão posterior.

** As unidades dos varios produtos são as mesmas constantes no quadro "A"

*** Nas zonas/abaixo, estão incluídas as seguintes chefias de extensão:

(1) Araçatuba, Baurú e Jaú; (2) Avaré e Itapetininga; (3) Campinas, Piracicaba e São João da Boa Vista; (4) Marília; (5) Presidente Prudente; (6) Ribeirão Preto e Bebedouro; (7) São José do Rio Preto e (8) São Paulo, Taubaté e Registro.

1.^a ESTIMATIVA DA SAFRA 1960/61 DO ESTADO DE SÃO PAULO

Janeiro 1961

Secções de Extensão Agrícolas Chefias	Algodão	Arroz	Milho	Feijão das Águas	Amendoim das Águas	
	mil alqueires	mil alqueires	mil alqueires	mil alqueires	mil sacas 60 kg	mil sacas 60 kg
Araçatuba	22,4	11,6	13,5	2,2	43,1	840,0
Avaré	8,0	17,0	60,8	7,6	129,2	120,0
Bauru	13,9	15,2	31,2	4,9	92,6	1 870,0
Bebedouro	11,1	28,7	32,5	3,2	44,9	180,0
Capital	—	0,4	5,5	0,9	28,7	—
Campinas	3,8	8,9	38,9	3,8	87,8	10,0
Itapetininga	1,1	5,2	55,2	9,6	196,5	10,0
Jaú	4,6	12,6	29,1	4,8	93,2	80,0
Marília	23,4	12,1	19,2	11,1	169,7	7 420,0
Piracicaba	3,6	11,5	20,7	3,6	82,0	20,0
Presidente Prudente	70,2	5,2	28,4	3,9	81,9	4 750,0
Registro	—	3,9	1,7	0,3	7,0	—
Ribeirão Preto	18,4	36,2	56,7	6,7	115,0	260,0
São João da Boa Vista	6,7	13,4	28,9	2,7	46,9	20,0
São José do Rio Preto	42,1	71,6	61,0	13,3	189,2	820,0
Taubaté	—	9,4	9,0	2,4	71,3	—
TOTAIS	229,3	262,9	492,3	81,0	1.479,0	16 400,0

Chefias	Batata das Águas		Soja		Laranjas		Uva	
	alqueires	mil	alqueires	mil	pés	mil	pés	toneladas
		sacas		sacas				
		60 kg		60 kg				
Araçatuba	—	—	167	11,1	159,5	195,6	12,4	7,8
Avaré	73	27,9	85	5,2	280,5	610,3	261,8	638,5
Baurú	53	10,6	39	1,5	244,5	261,3	94,5	246,0
Bebedouro	22	12,1	391	20,3	3 306,6	3 016,8	1,7	2,8
Capital	2 077	1 173,3	12	0,5	279,6	256,0	6 746,7	21 268,4
Campinas	1 328	698,4	307	14,2	2 268,0	3 945,6	28 083,2	76 556,8
Itapetininga	1 982	906,1	394	16,4	909,5	1 201,6	364,7	547,8
Jaú	—	—	—	—	1 626,8	1 534,0	11,0	19,5
Marília	85	51,1	—	—	210,9	459,8	102,5	207,1
Piracicaba	200	42,7	7	0,3	5 151,1	5 357,5	167,1	334,5
Presidente Prudente	227	65,1	69	3,0	69,0	116,0	727,5	937,2
Registro	—	—	5	0,5	65,2	66,2	—	—
Ribeirão Preto	108	36,9	865	41,6	396,6	637,8	—	—
S. João da Boa Vista	1 870	850,1	18	0,9	1 226,0	2 399,5	307,2	1 300,0
S. José do Rio Preto	73	21,6	75	2,9	1 404,6	1 747,2	54,0	68,0
Taubaté	496	337,1	5	0,2	904,5	835,6	73,8	189,5
TOTAIS	8.594	4 233,0	2.439	118,2	18 502,9	22 640,9	37 008,2	102 323,9

OBSERVAÇÕES: As estatísticas referentes às áreas e totais do Estado (algodão, arroz, milho, feijão e amendoim), são obtidas por "amostragem". A amostra deste levantamento se constituiu de 1.996 propriedades rurais, inspecionadas pelos Engenheiros-Agrônomos Regionais. A distribuição dos totais por Chefia de Extensão Agrícola foi feita com base em estimativas fornecidas pelos Engenheiros Agrônomos Regionais das respectivas Chefias.

Nos dados de produção ora divulgados se incluem as quantidades comercializadas e consumidas nas próprias fazendas.

Preços Médios Recebidos pelos Produtores de São Paulo*

Em cruzeiros

Itens	Unidade	1 9 6 0				1961
		Jan.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.
Boi acima de 3 anos	cabeça	7 740	13 000	14 000	13 500	12 500
Garrote 2½ anos	cabeça	6 230	10 600	11 400	10 900	10 600
Bezerro 1 a 2 anos	cabeça	4 180	6 870	7 560	7 530	6 890
Bezerro até 1 ano	cabeça	3 260	5 320	5 570	5 650	5 230
Boi gordo	15 quilos	778	1 150	1 230	1 190	1 140
Vaca gorda	15 quilos	706	1 010	1 100	1 070	1 030
Leite	litro	6,40	11,10	10,90	11,50	11,50
Vaca Holandeza	cabeça	18 000	23 500	24 300	24 000	24 000
Vaca comum	cabeça	8 770	14 600	15 300	14 400	14 400
Porco cx. até 60 quilos ..	cabeça	2 360	3 510	3 460	3 590	3 370
Porco cx. mais de 60 quilos	cabeça	3 400	4 500	4 600	4 810	4 290
Porco gordo	15 quilos	1 110	1 450	1 450	1 450	1 410
Frango raça especializ. ..	kg. vivo	79,00	94,00	89,00	99,00	97,00
Galinha caipira	cabeça	122,00	153,00	147,00	153,00	155,00
Galinha leghorn	cabeça	96,00	125,00	123,00	130,00	132,00
Galinha leghorn	kg. vivo	69,00	78,00	76,00	87,00	91,00
Ovos casca branca	dúzia	51,00	53,00	57,00	60,00	66,00
Ovos casca vermelha	dúzia	54,20	54,00	59,00	61,00	68,00
Ovos caipira	dúzia	52,00	49,00	48,00	53,00	58,00

* Dados apurados pela Seção de Análises de Mercados e Preços, sujeitos a revisão posterior.

Cotações dos Frigoríficos*

Cr\$ por quilo no matadouro em 30/12/60

Itens	Armour	Wilson
Bois consumo ou novilhos gordos ..	1 400	1 450
Carreiros consumo ou gordos	1 300	1 350
Vacas gordas e touros	1 300	1 350
Gado tipo conserva	900	900
Vitelos gordos	1 050	1 050
Suínos enxutos 70 quilos acima	Compra suspensa	1 350
Suínos gordos	Compra suspensa	Sem cotação

* Fonte: Sindicato da Indústria do Frio no Estado de São Paulo.

Importação do Exterior pelo Pôrto de Santos, em 1961

(Toneladas)*

Produtos	Janeiro	Produtos	Janeiro
Adubos		Ervilha	74
Adubo químico (N.E.)	214	Extrato de tomate	—
Cloreto de potássio	8 431	Figo seco	—
Fosfato	14 155	Grão de bico	—
Salitre do Chile	—	Leite em pó	—
Sulfato de amônio	8 202	Lentilha	—
Sulfato de potássio	700	Maçã	383
Superfosfato	4 778	Malte cevada	20
Uréia	315	Melão	18
Arame		Nozes	—
Arame farpado	3 150	Pera	773
Bebidas		Pera em conserva	—
Aguardente	7	Pêssego	—
Champanha	2	Pêssego em conserva	—
Outras bebidas	2	Tâmara em lata	—
Uísque	32	Tâmara seca	—
Vinho de mesa	142	Uva passa	3
Diversos		Uva fresca	—
Borracha	914	Máquinas	
Borracha sintética	1 723	Implem. agrícolas	396
Celulose	7 839	Máquinas terraplen.	424
Cortiça em bruto	63	Pertences (terraplen.)	92
Cortiça granulada	32	Tratores (pertences)	311
Fécula de mandioca	—	Tratores	2 501
Glicose	15	Óleos e Gorduras	
Látex sintético	95	Vegetais	
Papel	4 464	Azeite de oliva	483
Peles de coelho	109	Óleo de pinho	—
Rolhas de cortiça	4	Produtos de Ervanaria	
Fibras e Fios		e Sementes	
Fibra de linho	280	Alpiste	33
Fios de lã	5	Ervanaria	11
Fios de linho	—	Lúpulo	130
Gêneros Alimentícios		Sem. de batatas	172
Alho	301	Sem. de flôres	2
Ameixa (N.E.)	3	Sem. de vegetais (N.E.)	15
Ameixa fresca	67	Sem. de hortaliças	1
Ameixa seca	47	Sem. de cebolas	3
Amêndoa	1	Sem. de pinho	—
Anchova	—	Sem. de ervilha	—
Avelã	0	Produtos Químicos	
Azeitona	748	D.D.T.	—
Bacalhau	863	Fungicida	130
Canela	—	Hexacloroeto benzeno	15
Cebola	—	Inseticidas	760
Cevada	5 583	Óleos essenciais	3
Cravo	3	Trigo	
Damascos secos	2	Trigo em grão	26 319

Quadro elaborado pela Divisão de Economia Rural, com dados do "Diário do Comércio", da Associação Comercial de São Paulo.

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.

Importação de Cabotagem pelo Pôrto de Santos, em 1961
(Toneladas)*

Produtos	Janeiro	Produtos	Janeiro
Adubos		Lingüiça	—
Adubo (N.E.)	—	Peixe	—
Fosforita	2 212	Peixe sêco	—
Bebidas		Pimenta do reino	82
Aguardente	—	Soja	—
Outras bebidas	—	Sal	8 830
Vinho de mesa	—	Tapioca	—
Cereais		Madeiras	
Arroz	1 040	Canela	76
Aveia	—	Cedro	—
Cevada	175	Freijó	136
Milho	—	Imbuia	8
Diversos		Madeiras (outras)	251
Borracha	2 564	Peroba	—
Celulose	—	Pinho	64
Crina vegetal	—	Oleaginosas, óleos e	
Crina (N.E.)	—	Gorduras	
Látex	510	Amêndoas (N.E.)	—
Leite de seringueira	112	Babaçu	2 488
Papel	1 409	Banha	2
Sacos de juta	—	Cêra de carnaúba	5
Tecidos	8	Gergelim	39
Fibras e Fios		Gordura de côco	22
Algodão	2 090	Mamona	605
Fios de côco	—	Óleo de babaçu	510
Juta	2 223	Óleo car. algodão	505
Lã	77	Óleo de côco	27
Linter de algodão	—	Óleo de linhaça	6
Malva	910	Óleo de oiticica	—
Piaçaba	23	Produtos animais	
Sisal	74	Carnarina	—
Gêneros Alimentícios		Crina animal	1
Açúcar	3 219	Farinha de peixe	—
Cacau	2	Óleo de peixe	—
Carne (N.E.)	—	Peles	—
Castanha (N.E.)	99	Sangue sêco	—
Cebola	123	Produtos de Ervanaria e	
Côco	300	Sementes	
Côco ralado	—	Alpiste	—
Compotas	1	Guaraná	9
Conservas	68	Resíduos e Tortas	
Doces	0	Farelo de trigo	—
Extrato de tomate	413	Farelo de soja	538
Farinha de côco	—	Trigo e Farinha de	
Farinha de mandioca	58	Trigo	
Farinha de soja	—	Farinha de trigo	—
Fécula de mandioca	609	Trigo em grão	3 150
Feijão	51		
Leite de côco	—		

Quadro elaborado pela Divisão de Economia Rural, com dados do "Diário do Comércio", da Associação Comercial de São Paulo.

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.